



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV - Nº 008 - QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8^a SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 2 DE JUNHO DE 2009

1.1 – Abertura	
1.2.1 – Finalidade da Sessão	
Destinada a Comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.....	1560
1.2.2 – Oradores	
Senador Jefferson Praia	1560
Deputada Rebecca Garcia	1562
Senadora Ideli Salvatti	1563
Deputado Roberto Rocha	1565
Senador Mão Santa.....	1566
Deputado Sarney Filho (Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista)	1568
Senador Arthur Virgílio.....	1570
Karine Pereira Lima (aluna do Projeto Semente das Águas)	1572
Deputado Rodrigo Rollemberg	1572
Senadora Marisa Serrano.....	1575
Deputado Paes Landim	1576
Senador Renato Casagrande	1577
Senador Antonio Carlos Valadares.....	1579
Senhor Rômulo José Fernandes Barreto Mello (Presidente do Instituto Chico Mendes)	1581

Senhor Mario Cesar Montavani (Representante da Organização Não-Governamental SOS Mata Atlântica).....	1582
Senador José Nery	1583
Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal).....	1586
Deputado Jurandy Loureiro (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal).....	1587
1.2.3 – Fala da Presidência	
(Senador Jefferson Praia)	1587
1.3 – Encerramento	
2 – RETIFICAÇÃO	
ATA DA 5^a SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
5 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 8^a Sessão Conjunta (Solene), em 2 de junho de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. João Vicente Claudino e Jefferson Praia

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 37 minutos, e encerra-se às 14 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Declaro aberta sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Convido para compor a Mesa o Exmº Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão; o subscritor do requerimento no Senado Federal, Exmº Sr. Senador Jefferson Praia; a subscritora do requerimento na Câmara dos Deputados, Exma. Sra. Deputada Rebecca Garcia; o subscritor do requerimento na Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Deputado Roberto Rocha; e o Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, Exmº Sr. Deputado Sarney Filho. (*Pausa prolongada.*)

Para fazer a abertura dos trabalhos, concedo a palavra à autora do requerimento, Deputada Perpétua Almeida. (*Pausa prolongada.*)

Quero registrar também a presença do Exmº Sr. Deputado Rodrigo Rollemberg; da Sra. Ticiana Imbroisi, Assessora de Políticas Públicas, representante da Superintendência de Conservação do WWF-Brasil; do Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Rômulo Mello; dos Exmos. Srs. Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático; dos Srs. Vereadores do Estado do Pará; dos alunos do 9º ano do Colégio Marista do Distrito Federal, e dos alunos da Escola CED São Francisco, de São Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Com a ausência da Deputada Perpétua Almeida, concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Praia, primeiro signatário do requerimento no Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Senador João Claudino; Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmº Sr. Edison Lobão; Deputada Rebecca Garcia, subscritora do requerimento na Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Deputado Roberto Rocha, subscritor também do requerimento na

Câmara dos Deputados; demais Deputados presentes; Senadores; Senador Pedro Simon; Sr. Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, Exmº Sr. Deputado Sarney Filho; Sra. Ticiana Imbroisi, Assessora de Políticas Públicas e representante do Superintendente de Conservação do WWF-Brasil; Exmos. Srs. Embaixadores; demais membros do Corpo Diplomático; Srs. Vereadores do Estado do Pará; alunos do 9º ano do Colégio Marista do Distrito Federal – o Sr. Senador Pedro Simon é pai de um deles; alunos da Escola CED São Francisco, de São Sebastião, obrigado pela presença.

Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para todos nós. E não falo apenas para aqueles que estão presentes, mas para todos nós que fazemos parte do fantástico planeta Terra, pelo qual temos uma grande responsabilidade. Essa responsabilidade implica, daqui para frente, considerarmos relevante a questão ambiental.

Sr. Presidente, nesta manhã, quero falar um pouco de uma das pessoas por quem tenho grande estima e grande consideração pelo que tem feito e pelo que fez no passado. Trata-se de uma pessoa do meu Estado, ex-Senador da República, que há 40 anos já tinha essa preocupação, e continua tendo, porque, graças a Deus, ele está vivo, com 82 anos de idade. Há 40 anos, ele falava um pouco de todas as preocupações que temos com a questão ambiental.

Vou aproveitar e ler matéria publicada no jornal *A Crítica*, edição de 26 de maio de 2002, de autoria do saudoso Senador Jefferson Péres. Essa matéria trata da pessoa a quem, neste momento, por meio deste documento, quero prestar uma homenagem simples. Refiro-me ao ex-Senador Evandro Carreira.

A matéria, intitulada *Ele tinha razão*, é de autoria do Senador Jefferson Péres.

“No Brasil, e principalmente no Amazonas, sua terra natal, pregou no deserto. As pessoas com visão de futuro, que enxergam além do seu tempo, em meio à miopia dos seus contemporâneos, pagam muitas vezes um alto preço por isso. Desacreditadas, encaradas como visionários ou mesmo lunáti-

cas, pregam em vão, cercadas de indiferença, quando não destruídas pelas campanhas de ridicularização.

Esta reflexão me ocorre ao pensar no ex-Senador Evandro Carrera, que, há 40 anos, antes da onda ecológica, condenou a implantação, na Amazônia, de modelos convencionais de desenvolvimento e preconizou a adoção de outro diferente, respeitador do meio ambiente e adaptado às nossas condições naturais.

À época, a tese soava estapafúrdia, porque, na cabeça de quase todos, aqui, o interior se desenvolveria com a substituição da floresta pela agropecuária de grande porte.

Com visão profética, Evandro verberou como criminosa a troca da mata primária por campos de cultivo e prelecionou que o desenvolvimento interiorano passaria obrigatoriamente pelo aproveitamento das várzeas e pela criação de peixes em fazendas aquáticas. Fez trocadilhos, fez um sermão aos peixes. Foi ouvido no exterior, de onde recebia convites para palestras e seminários, mas, no Brasil, e principalmente no Amazonas, pregou no deserto.

Eis que, passadas quatro décadas, vemos que o futuro lhe deu razão, já não se discute que a preservação da floresta é vital para nós e parece não mais haver dúvidas de que a piscicultura é uma das mais promissoras vias para a geração em grande escala de emprego e renda no interior.

A China e o Chile mostram que a aquicultura, em bases racionais, pode ser uma atividade de grande rentabilidade, altamente empregadora de mão de obra, inclusive voltada para exportação, como ocorre com o nosso vizinho sul-americano, que aufera receita anual superior a três bilhões de dólares, cerca de um terço da produção do nosso distrito industrial.

No Amazonas, abre-se a perspectiva de um empreendimento de largo alcance social, com a coexistência solidária em regime de complementariedade de unidades grandes e médias, prestando apoio a outras de tamanho pequeno e micro. As primeiras, na forma de fazendas aquáticas, também fornecedoras de alevinos para as menores, essas com uso de gaiolas e tanques-redes capazes de sustentar uma família em caráter permanente. Note-se que peixes como o pirarucu e o tambaqui possibilitarão ainda o seu aproveitamento total, pro-

vocando o surgimento de unidades industriais produtoras de artefatos de couro, de farinha de osso e de escamas com abrasivas. Sem falar nas oficinas para fabricação de gaiolas de metal, plásticos ou madeiras.

Claro que existem problemas a serem enfrentados, como a falta de infraestrutura física, de linhas de créditos especiais, de assistência técnica e de redes de comercialização.

Vale dizer, estrutura de apoio a ser implantada e mantida por uma política pesqueira a cargo do Governo estadual. Quando isso acontecer, a piscicultura, juntamente com o ecoturismo, a extração de madeira de manejo, o extrativismo comunitário e a agricultura de várzea serão capazes de assegurar à população do interior um futuro tranquilo mesmo após o desaparecimento da Zona Franca".

E finaliza o Senador Jefferson Péres:

"Meu amigo Evandro Carreira, injustiçado e quase sempre esquecido, mas ainda assim deve estar rindo feliz".

Essas, portanto, são palavras do saudoso Senador Jefferson Péres sobre o papel relevante que teve e continua tendo o ex-Senador Evandro Carreira, que passou por esta Casa e deu sua contribuição falando da Amazônia e de como ele vê o desenvolvimento daquela região.

Neste momento em que estamos aqui para fazer uma reflexão sobre a questão ambiental, sobre a questão do meio ambiente e das nossas vidas, temos de levar essa mensagem a todos e reconhecer principalmente aqueles que vêm há algum tempo falando sobre a importância do meio ambiente em nossas vidas.

A responsabilidade cabe a todos nós: cabe à população brasileira como um todo e também aos seres humanos do nosso planeta, porque a questão não é apenas do Brasil, nem dos amazônidas, é uma questão planetária. Daqui para a frente teremos de viver em nosso dia-a-dia considerando a questão ambiental como relevante em nossas vidas.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Quero parabenizá-lo, Senador Jefferson Praia, pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Registro a presença dos Deputados Jorge Khoury, da Bahia, e Jurandy Loureiro, do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Concedo a palavra à Deputada Rebecca Garcia, autora do requerimento na Câmara dos Deputados e oradora indicada por aquela Casa.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão dos oradores) – Exmº Sr. Senador João Vicente Claudino, hoje Presidente desta Mesa; Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão; Exmº Sr. Senador Jefferson Praia, subscritor do requerimento no Senado Federal; Exmº Sr. Deputado Roberto Rocha, subscritor do requerimento na Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Senador Pedro Simon, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista; Exmº Sr. Deputado Sarney Filho; Exmº Sr. Deputado Federal Rodrigo Rollemberg; Sra. Ticiana Imbroisi, Assessora de Política Públicas, representante do Superintendente de Conservação do WWF-Brasil, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Rômulo Mello; Exmos. Srs. Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático; Srs. Vereadores do Estado do Pará; alunos do 2º grau do Colégio Marista do Distrito Federal; alunos da Escola CED São Francisco, de São Sebastião; senhoras e senhores, gostaria de começar falando um pouco sobre a história do Dia Mundial do Meio Ambiente. Ele foi estabelecido pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1972, marcando a abertura da Conferência de Estocolmo sobre ambiente humano.

Desde então, comemoramos anualmente essa data no dia 5 de junho, congregando a atenção e ação política de povos e países para aumentar a conscientização e a preservação ambiental.

Entre os principais objetivos das comemorações podemos destacar a valorização de se mostrar o lado humano das questões ambientais; a capacitação das pessoas para que elas se tornem agentes ativos do desenvolvimento sustentável; a promoção da compreensão de que é fundamental que comunidades e indivíduos mudem atitudes em relação ao uso dos recursos e das questões ambientais; e as formações de parcerias para garantir que todas as nações e povos desfrutem de um futuro mais seguro e mais próspero.

Este ano, o tema comemorativo é: *Seu planeta precisa de você: unidos contra as mudanças climáticas*. Ele reflete a urgência de que nações atuem de maneira harmônica para fazer frente às mudanças climáticas, para erradicar a pobreza e para manejar adequadamente suas florestas e outros recursos naturais.

Por falar em mudanças climáticas, gostaria de chamar a atenção, Sras. e Srs. Parlamentares, para a grave situação em meu Estado, o Amazonas, e em outros Estados da Região Norte e Nordeste, em razão das enchentes. Curiosamente, quem está vivendo

essa situação é a região científicamente citada como responsável pelo equilíbrio do clima em todo o planeta. Isso reflete a gravidade da situação das mudanças climáticas no mundo. O alerta está aí. Agora é preciso que tomemos as devidas providências o mais rapidamente possível para revertermos essa situação.

Nesta dia, é imperioso refletir sobre as conquistas obtidas no Brasil, nas últimas décadas, em relação ao meio ambiente, a começar pelo Capítulo VI da Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 225, afirma:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Igualmente, devemos refletir sobre as leis de crimes ambientais, sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e, agora, mais recentemente, sobre a criação do Fundo Amazônia, que poderá funcionar como o grande diferencial de conservação da região amazônica.

Neste Parlamento, podemos destacar a criação das Comissões de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, mais recentemente, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Esses espaços têm-se mostrado essenciais como fóruns de debates e de tomadas de decisão.

Nesta data comemorativa, é importante ressaltar os avanços, porém, não posso deixar de citar os graves problemas ambientais que estamos enfrentando no Brasil, como o desmatamento e queimada das áreas de floresta; a extinção de espécies nativas; o crescimento desordenado das cidades; a poluição dos cursos d'água; a disposição inadequada de lixo urbano e industrial; as práticas agrícolas insustentáveis; a erosão, poluição e degradação dos solos; e a desertificação. E o mais triste é pensar que esses são apenas alguns exemplos. Poderíamos ficar horas nesta tribuna falando de problemas ambientais, ainda muito comuns no Brasil.

Em recente evento que promovi em Manaus nos dias 30 e 31 de março – o 1º Fórum das Águas de Manaus -, identificamos graves problemas ambientais relacionados ao uso e conservação dos recursos hídricos no Estado. A situação do abastecimento público de água potável e saneamento básico na cidade é caótica. As margens e leitos dos igarapés, ainda ocupados desordenadamente, fazem com que diversos cursos d'água do Estado ainda se encontrem muito poluídos.

Para fazer frente a essas graves ameaças ambientais em nosso País é necessário colocar em prá-

tica o já tão falado desenvolvimento econômico aliado à sustentabilidade ambiental. E essa não é uma tarefa fácil, demanda muita criatividade, bom senso e vontade política, principalmente vontade política.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-Moon, afirmou em recente discurso que “*a turbulência econômica e financeira que varre o planeta é um verdadeiro chamado para o despertar e soa como um alarme para a necessidade de se melhorar antigos padrões de crescimento e fazer uma transição para uma nova era do desenvolvimento mais limpo e verde. O mundo precisa de um ‘novo pacto verde’ centrado no investimento em fontes renováveis de energia, infraestrutura ecológica amigável e eficiência energética. Isto não só irá criar empregos e promover recuperação econômica, mas ajudará também a combater o aquecimento global. Se investirmos mesmo que parte dos substanciais pacotes de estímulo econômicos na economia verde, poderemos transformar a crise de hoje no crescimento sustentável de amanhã. Nosso planeta precisa de mais do que apenas ações por parte de governos e corporações, necessita de cada um de nós. Embora as decisões individuais possam parecer pequenas diante das ameaças e das tendências globais, quando bilhões de pessoas unem suas forças em um propósito comum podem fazer uma enorme diferença*”.

Temos um exemplo disso aqui no Brasil. O modelo de desenvolvimento que temos experimentado no Estado do Amazonas se encaixa na linha de pensamento do Sr. Ban Ki-Moon. O Polo Industrial de Manaus alia o desenvolvimento com a preservação da floresta. Essa experiência foi recentemente sistematizada em uma publicação do Instituto I-Piatam, intitulada *Impacto virtuoso do polo industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica: discurso ou fato?*”, e retrata de forma científica as contribuições do polo para a conservação da floresta amazônica.

De acordo com a publicação, “*o polo industrial de Manaus possui efeito atenuador do desmatamento de 70% a 86% em comparação ao previsto, caso o polo não existisse, com efeitos positivos não apenas para o Estado do Amazonas, mas para todo o Brasil e o mundo*”.

Outra importante iniciativa ainda em discussão nesta Casa refere-se ao pagamento pelos serviços e pela manutenção da floresta em pé. Particularmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, acredito ser esse um importante instrumento de preservação ambiental, de melhoria de qualidade de vida das populações e de minimização dos efeitos das mudanças climáticas. A compensação financeira aos pequenos produtores rurais e extrativistas pela manutenção da

floresta em pé é uma das grandes saídas que temos nas mãos. As áreas de florestas são responsáveis por importantes serviços ambientais, como produção de água, melhoria da qualidade do ar, proteção do solo e ainda contribui significativamente para a redução das emissões de gases do efeito estufa por desmatamento e queimada. E nada mais justo do que compensar os responsáveis por esses serviços.

Nós, que somos do Estado do Amazonas, entendemos que a floresta amazônica não pode ser tratada como vilã. Muito pelo contrário, a floresta amazônica, hoje, é solução: é solução para o nosso País, é solução para o mundo.

Dessa forma, o homem que vive no Estado do Amazonas não pode pagar essa conta por ter preservado o seu meio ambiente. Ele deve ser, ao contrário, recompensando pelo serviço ambiental que prestou não só ao Estado do Amazonas, mas a todo o Brasil e ao mundo.

O mundo está caminhando na direção do desenvolvimento sustentável, e o Brasil não pode ficar na contramão. Nós, que representamos o Legislativo, temos de parar e ouvir o que os especialistas e a opinião pública têm a dizer. De acordo com pesquisa divulgada recentemente pelo Instituto Datafolha, 94% dos entrevistados preferem a suspensão do abate de floresta, mesmo que isso signifique frear o crescimento da produção agropecuária. A opção de autorizar mais desmatamento para aumentar a produção foi escolhida por apenas 3% dos entrevistados. Precisamos ouvir essas vozes e agir rapidamente para preservar o que ainda temos, antes que tenhamos de correr atrás para recuperar o tempo perdido e toda a destruição causada.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de solicitar que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação da Câmara e do Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Quero parabenizar a Deputada Rebecca Garcia pelo pronunciamento e registrar a presença em plenário dos Deputados Anselmo de Jesus, de Rondônia, e do Deputado Luiz Carreira, da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Concedo a palavra a Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT- SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador João Vicente Claudino, que preside esta sessão tão importante na semana dedicada ao meio ambiente, sessão esta que reúne os Parlamentares da Câmara

e do Senado, para que possamos fazer as reflexões e firmar, mais uma vez, nossos compromissos com aquilo que nos foi doado e que temos a obrigação de preservar para as gerações futuras, que é a natureza, que é o nosso meio ambiente.

Então, esta sessão, em que teremos inúmeros pronunciamentos importantes de Deputados Federais, de Senadores e Senadoras, tem como objetivo central exatamente marcar – eu entendo dessa forma – os compromissos que precisamos assumir para com o meio ambiente.

Tenho a honra de presidir a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que está agora estruturada no Congresso Nacional, composta por Senadores e Deputados Federais ilustres que militam, que atuam nessa área tanto do meio ambiente quanto das consequências que as mudanças climáticas vêm provocando em todo o planeta e também, infelizmente, no nosso País.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas é fruto de uma Comissão provisória que contou com a participação de vários Parlamentares que, inclusive, estão presentes nesta sessão e que deverão se pronunciar. O trabalho desta Comissão provisória foi tão bom e tão produtivo que efetivamente convenceu a ampla maioria do Congresso a ter uma Comissão permanente, uma Comissão que vai ficar por conta, dia e noite, permanentemente, do estudo, da análise dos efeitos, das propostas que precisamos ter para mitigar, para impedir que as mudanças climáticas continuem provocando tanta morte, tantas tragédias e para que possamos ter um acompanhamento e um monitoramento.

Essa Comissão inclusive tem como uma de suas principais tarefas preparar a proposta que o Brasil levará a Copenhagen, a COP-15, de forma que possamos ter avanços nessa grande reunião mundial sobre mudanças climáticas, suas consequências e a necessidade de políticas de mitigação. Nela serão tratados todos os compromissos que cada um dos países virão a ter ou ampliar daqui para frente.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas já realizou eventos, e esperamos que continue assim até o final do ano. Acho que um dos melhores exemplos foi a vigília feita no plenário do Senado, com a participação de muitas entidades, de muitos Parlamentares. Essa vigília começou por volta das 19h e se estendeu até quase 3 horas da manhã, com a participação de muitos artistas, inclusive Christiane Torloni e Victor Fasano, que lideram o movimento Amazônia para Sempre. Eles até serão recebidos pelo Presidente Lula na próxima quinta-feira, às 15h30min. Essa vigília teve, sob o meu ponto de vista, o seu ápice, o seu ponto máximo, quando a Senadora Marina Silva apresentou ao Presidente do Senado, Senador Sarney, e ao Presidente

da Câmara, Deputado Michel Temer, a proposta sobre os projetos prioritários, os que efetivamente precisam ser aprovados para que o meio ambiente e a questão das consequências das mudanças climáticas possam ter um enfrentamento adequado, com a mudança da nossa legislação.

Tenho certeza de que o compromisso assumido naquela noite, naquela madrugada, para que esses projetos sejam votados prioritariamente será cumprido pelo Congresso Nacional. Há até alguma dúvida se a lista apresentada é efetivamente ou não a melhor, a prioritária, a que mais precisa de receber atenção. Mas reafirmar o compromisso de ter um conjunto de projetos prioritários é o que deveríamos fazer nesta sessão que Câmara e Senado estão realizando em conjunto.

Quero aproveitar e fazer um convite a todos os Parlamentares para, hoje à tarde, comparecerem à reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que será realizada na sala 13 das Comissões do Senado, com a presença do Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente; do Ministro dos Esportes, Orlando Silva; do Ministro do Turismo, com representantes da coordenação do PAC da Copa, da Casa Civil; com um representante da CBF, para que possamos efetivamente dar início a uma articulação – Congresso, Governo, CBF e FIFA –, a fim de que a Copa 2014 tenha uma marca. Que não seja a marca do futebol, porque todos sabem que o Brasil é o melhor do mundo em futebol; que não seja pela beleza do nosso País, porque a FIFA já reconheceu isso, quando ampliou o número de cidades de 10 para 12, a fim de podermos ter uma cidade na Amazônia, uma cidade no Pantanal e permitir que muitas e muitas pessoas possam vir conhecer as belezas do Brasil. A marca que queremos dar à Copa de 2014 é de Copa limpa, de Copa sustentável.

Há uma série de projetos, de ideias e de sugestões que queremos coordenar. Comissão Mista de Mudanças Climáticas mais os Ministérios que estarão diretamente ligados à realização da Copa, à CBF e à FIFA. Então, hoje à tarde, às 15h30min, vamos fazer essa importante reunião, dando esse passo inicial para que a Copa que o Brasil terá a honra de sediar em 2014 tenha a marca que só o Brasil tem condição de dar, mas para isso teremos de trabalhar muito. São muitos os projetos que teremos que implementar para que a Copa 2014, aqui no Brasil, tenha essa marca de Copa sustentável, Copa limpa.

É essa, Sr. Presidente, a contribuição que quero dar nesta sessão, além de reafirmar os compromissos da Câmara e do Senado de votar os projetos prioritários, o que já assumimos com os Presidentes Sarney e Michel Temer e todos os Parlamentares que participaram da vigília. Convidado todos a se integrarem nesse

projeto de organização de uma Copa de futebol que tenha essa marca da sustentabilidade e da Copa limpa, como estamos denominando.

Era isso, Sr. Presidente. Que tenhamos todos uma bela sessão e os compromissos reafirmados com o meio ambiente nesta semana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Senadora Ideli Salvatti, associo-me às preocupações de V.Ex^a, como membro também da Comissão de Mudanças Climáticas. Nós, do Piauí, estamos sofrendo tanto com as enchentes, Senador Mão Santa, e com o volume de água que provocou o arrombamento de uma barragem, causando devastação ambiental e a perda de vidas.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Quero registrar a presença do Deputado Federal Paes Landim, do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rocha, autor do requerimento na Câmara dos Deputados e orador indicado por aquela Casa, pelo PSDB.

Antes, porém, convidado para compor a Mesa o Sr. Rômulo José Fernandes Barreto Mello, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Vicente Claudino; Senador Jefferson Praia, subscritor do requerimento no Senado Federal; subscritora do requerimento na Câmara dos Deputados, Exm^a Sr^a. Deputada Rebecca Garcia; Exm^a Sr^a. Senadora Ideli Salvatti, que falou há pouco; Exm^os. Senadores Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Pedro Simon e Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; Exm^o Sr. Deputado Sarney Filho, Presidente e Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados; Exm^os. Deputados Rodrigo Rollemberg, Paes Landim, Jurandy Loureiro e Jorge Khoury; Sr^a. Ticiane Imbroisi, Assessora de Políticas Públicas e representante do Superintendente de Conservação do WWF-Brasil; Sr. Rômulo Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Exm^os. Srs. Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático; Srs. Vereadores do Estado do Pará; alunos das escolas do Centro de Ensino Médio São Francisco, Centro de Ensino Fundamental São Bartolomeu e Centro de Ensino Fundamental São Paulo, todos de São Sebastião, senhoras e senhores, é importante que na sessão solene de hoje, em que comemoramos a Semana do Meio Ambiente, possamos reavivar a rica herança que recebemos como nação e civilização para preservação da vida. Nasceremos brasileiros. Por aqui

nasceu e cresceu uma árvore chamada Brasil. Nesta Casa em que se fazem leis, comemoremos a lucidez de tantos que nos antecederam e nos legaram o maior laboratório genético do planeta.

Ao contrário do que prega uma visão que ganhou fôro de verdade, nossa colonização não foi um ato de pilhagem. O desmatamento, até o século XIX, restringiu-se a pequena faixa do litoral. Nossa primeira unidade de conservação, criada por Dom João VI, o Real Horto Botânico, é de 1808. Inúmeros instrumentos legais, tais como regimentos, alvarás, decretos reais protegiam nossas florestas, nossos mangues, nossas águas. Já nas ordenações manuelinas e filipinas, nas primeiras décadas de vida do nosso País, ainda colônia, dispositivos protegiam o meio natural.

O Regimento do Pau Brasil, editado em 1605, pode ser considerado a nossa primeira lei de proteção ambiental. E a lei demonstra todo o seu rigor logo em sua abertura, quando diz que nenhuma pessoa pode cortar nem mandar cortar o dito pau-brasil. E ameaça quem cortar com pena de morte e confiscação de toda a sua fazenda.

Já havia, naquela época, a noção de manejo, pois a lei previa que “se terá respeito do estado das matas de cada uma das ditas Capitanias, para lhe não carregarem mais nem mesmo o pau do que convém para benefício das ditas matas”.

Graças a tantos dispositivos e à dureza das punições, a Coroa portuguesa conseguiu manter as nossas florestas preservadas. O desmatamento insustentável, criminoso mesmo, é fenômeno bem mais recente.

Somente em 10 anos, entre 1985 e 1995, mais de um milhão de hectares foram desmatados na Mata Atlântica. Em 10 anos, portanto, mais destruição do que em quase 4 séculos de ocupação colonial.

Vem daí, Srs. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, a fama de que o Brasil, infelizmente, desfruta de vilão ambiental, mas cumpre situar historicamente nossa responsabilidade perante o mundo. Mais de 75% das florestas do planeta já desapareceram. A África mantém hoje apenas 7,8% de sua cobertura original; a Ásia, 5,6%; a América Central, 9,7%, e a Europa, apenas 0,3%. Contudo, o Brasil mantém intactas 69% das suas florestas primitivas.

Podemos e devemos nos orgulhar dessa herança bendita e comemorar. Será que, com toda a sofisticação da ciência, com seus satélites e infinitos recursos tecnológicos, não alcançaremos o que nossos antepassados conquistaram com intuição, sabedoria e bom senso?

Carecemos hoje de parâmetros de discussão claros em torno de um projeto de nação que contemple a questão ambiental não como uma variável restritiva,

mas um condição necessária e um capital de oportunidades. Precisamos ser capazes de repactuar nosso ordenamento territorial, definindo algumas premissas básicas, tais como o absoluto respeito aos territórios indígenas e às áreas de preservação, a decisiva e pétreia determinação de conter o desmatamento e, claro, o respeito às culturas tradicionais e ao valor social do trabalho no campo.

Temos de enfrentar o falso dilema entre desenvolvimentistas e preservacionistas. É hora da generosa ideia do desenvolvimento sustentável deixar de ser brandida como uma bandeira política e passar a ser com compromisso social.

Somos chamados de brasileiros porque aqui nascemos, porque aqui cresceu uma árvore chamada brasil. Que cresça também, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, entre nós o compromisso e o imperativo moral de legarmos aos nossos filhos e aos nossos netos a herança que recebemos dos nossos antepassados.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Parabenizo o Deputado Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, pela Liderança do PMDB.

Senador Mão Santa, passarei a Presidência dos trabalhos ao Senador Jefferson Praia, primeiro signatário da sessão solene do Senado Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jefferson Praia, que preside esta solenidade em que se comemora o transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente, são tantas as autoridades e lideranças envolvidas com o meio ambiente aqui presentes que poderia me esquecer de alguns nomes, o que seria imperdoável. Então, peço permissão para saudar todos os que compõem a Mesa de Honra dos trabalhos na figura a Deputada Rebecca Garcia, tão bela, e que belas palavras proferiu sobre a natureza.

Brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, essa concepção de que nossa preocupação com o meio ambiente é de agora não é verdadeira. A natureza está aí, os homens estão aí. E os homens do passado são muitos brilhantes, estudiosos.

Nossa civilização é ocidental. Assim como na minha profissão existe o pai da Medicina, Hipócrates; existe o pai da sabedoria, Sócrates; existiu o pai do amor à natureza, Sófocles. Este, como os outros, muito competente, definiu que é bom uma reflexão. Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Ele disse que o *homo sapiens*

é o homem e a mulher que se uniram pelo amor para garantir a perpetuação da espécie. Então, atentai bem: a mais maravilhosa é o ser humano, entre as muitas maravilhas da natureza.

E aqui mesmo em nosso Brasil esse negócio de dizer “nunca antes”... Eu quero dizer que este País todos nós já conhecemos, porque somos retardatários no que se refere à educação. Fomos colonizados pelos portugueses. Só os privilegiados estudavam em Portugal. A universidade chegou tarde. Mas já se falou que em 1808 o Governo português aqui se instalou. Criaram o Jardim Botânico, e um dos seus dirigentes construiu um colégio – a nossa geração estudou e estudou muito. Nós somos preparados. Existia um colégio padrão, chamado Pedro II, que também assistia às aulas. Mas como o Padre Antônio Vieira disse, o José Sarney lá do Maranhão, “o bem nunca vem só”. Aquilo que era padrão se irradiava. Toda a nossa geração estudava com os livros do Pedro II. Lá no meu Piauí eu estudei. E havia um livro ao qual temos de render uma homenagem. Este Senado é para isso, nós somos pais da Pátria, e eu falo com autoridade. Fui professor de Biologia de cursinho por muito tempo, professor de Fisiologia, e estudava no livro *Biologia Geral*, de Waldomiro Potsch, no Pedro II. Havia botânica e zoologia. Livros tão bons, tão completos, que eu, no meu curso de medicina, estudei neles. O de zoologia eu guardava; o de biologia geral era um primor. Essas noções de ecologia, de ecossistema, de meio ambiente, estão lá e bem escritas. Por isso tem de ser homenageado o Prof. Waldomiro Potsch. Isso se irradiou e me influenciou, além de muitos, de tal maneira que tivemos esses cuidados. É lógico que agora, no mundo todo, com essa tecnologia e a globalização, os conhecimentos e as preocupações vêm à tona. Havia homens, como os cientistas citados, o próprio Dom João VI, Pedro II, que tinham essa preocupação.

Mas o que quero dizer é o seguinte – e este é o momento para fazê-lo, porque estava presidindo a sessão um Senador do Piauí, João Vicente Claudino, e S.Ex^a estava até feliz: é uma vergonha, como diz Boris Casoy.

No Piauí, a vegetação é escassa, e, na Amazônia, há as queimadas. Trata-se da ignorância audaciosa. Dizia-me meu professor de cirurgia, Mariano de Andrade: “Olha, venderam!” Venderam 78 mil hectares de uma região, no Piauí, em que a vegetação é escassa. Temos regiões, como Gilbués – e nosso Deputado Sarney Filho sabe –, desertificadas pela mineração. É escassa nossa vegetação, daí o clima do Piauí ser quente. Quando passamos para o Maranhão, vemos que há outra vegetação.

Pois os desgraçados venderam 78 mil hectares – esses aloprados, esses inconsequentes! Venderam, ganharam dinheiro e se elegeram. Essa é a vergonha! Lá na Serra Vermelha, na floresta Vermelha, na serra das confusões, próximo a Guariba, próximo a Caracol, venderam a uma empresa do Rio de Janeiro para transformar a floresta, e ganharam dinheiro e se elegeram. Essa é a vergonha do País!

Bradamos e temos de ser agradecidos a essa brava mulher – e é bom que ela não esteja aqui –, Marina Silva. Nós denunciamos, foi aquela confusão. O Senado é forte, por isso essas mágoas querendo destruir os Senadores. Mas somos fortes, somos continuadores de Rui Barbosa.

V. Ex^{as} se lembram quando aqui Afonso Arinos disse: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?” E Getúlio teve de desistir do Governo. Então, Marina Silva tomou as providências – é uma brava mulher. Eu trouxe até esse livro para dar-lhe de presente, para encorajá-la mais.

Serei breve. Ela impediu, mas eles já tinham vendido, já tinham ganhado a eleição, já tinham queimado, transformado o que chamamos lá de Floresta Vermelha em carvão. E não é que os desgraçados, os aloprados reincidentes venderam agora 14 mil hectares perto da Serra da Capivara, em Coronel José Dias! Coqueiros se transformaram em carvão! Aloprados! O Ministério Público freou porque nós denunciamos.

Então, é lamentável, porque, no Piauí, a vegetação é escassa, o clima é quente. Não podíamos deixar de fazer esse registro. Quando vi João Vicente, fiquei até eufórico, porque existe a possibilidade de ele ser eleito Governador do Estado do Piauí, é um dos organizadores dessa festa. Pelo menos, nasceu a esperança de nos livrarmos dessa catástrofe dos aloprados, porque aí estão as consequências na natureza do Piauí como V.Ex^{as}. veem. Essa é a verdade.

Eu trouxe para Marina Silva, grande mulher e guerreira. Essa mulher é a maior – e não me venham dizer que são líderes ambientalistas se não leram e não se inspiraram em Wangari Maathai. Não são, não! Aí, a ignorância audaciosa não leva a lugar algum. Quem não tem, vá comprar e vá ler. Este, vou dar a Marina, já havia oferecido. Essa mulher – até brinco com a Marina, a quem admiro – foi presa umas 10 vezes, fez greve de fome, muita confusão, mas o mundo se curvou. Ela fez esse cinturão verde no mundo que recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Essa morena aqui é bonitona, como a nossa Deputada ali.

Bill Clinton, esse líder fantástico do mundo moderno, diz: “Inabalável é direto, honesto e muito bem escrito. Trata-se de um retrato fascinante das dificuldades das conquistas da África” – ele é do Quênia, o

Quênia de Barack Obama – “moderna, mas também de uma história universal de coragem, persistência e sucesso, em prol de uma causa nobre.”

Há vários comentários, mas vou ficar só em mais um, do *The Washington Post*: “A história de Wangari é uma prova de poder, de perseverança, de princípios sólidos, um exemplo nobre de pessoas apaixonadas que mudam o seu país e inspiram o mundo.”

Lá há a floresta deles, que dizem que é o segundo pulmão do mundo. E a natureza é sábia, botou dois. O nosso corpo não tem dois pulmões? Pois lá dizem que é o segundo. E eles zelaram, defenderam.

Para encerrar, eu leria todo esse livro, um pensamento, para nos estimular a continuar – o que foi dito aqui de Dom João VI, de Pedro II, de Biologia, de Sófocles – nessa luta pela melhoraria da nossa natureza. Sou interessado porque no Piauí há pouca vegetação – o Ministro sabe –, e os desgraçados, aloprados, ainda vendem por dinheiro e acabam se elegendo. Este é o País em que vivemos. O resto é mídia, é mentira!

Eu faria minha as palavras desta que lutou. Não temos nenhum Prêmio Nobel em nosso País. Ela, lutadora, presa várias vezes, heroica, eu a recomendaria. Faço minhas as suas palavras.

De todo o livro, grifei o que achei mais interessante:

“As árvores foram parte essencial de minha vida e me ensinaram muitas lições.”

Não tem essa sociedade Cinturão Verde Internacional? Ela, que foi ícone, que defendeu e planificou.

“Elas são símbolos vivos de paz e de esperança. Uma árvore tem suas raízes no chão e, mesmo assim, se ergue para o céu. Ela nos diz que, para ter qualquer aspiração, precisamos estar bem assentados e que, por mais alto que possamos chegar, é de nossas raízes que tiramos nossa base de sustentação. Isso é um lembrete para todos nós que atingimos o sucesso: não podemos esquecer de onde viemos. O que significa que, por mais poderosos que nos tornemos num governo, ou por mais prêmios que ganhemos, nosso poder, nossa força e nossa capacidade de atingir nossos objetivos dependem do povo, daqueles cujo trabalho ninguém vê, que são o solo no qual crescemos, os ombros em que nos apoiamos.”

Essas são as palavras do Prêmio Nobel da Paz.

Queremos aqui nos congratular com o Senado da República, que, mais uma vez, aproveita o tempo para despertar o nosso Brasil para o amor à natureza.

Que possamos cantar, como eu aprendi, os poetas do meu tempo, que diziam: "Crianças, não verás nenhum País como este!" (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. João Vicente Claudino, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Quero destacar a presença dos Deputados Federais Anselmo de Jesus, Luiz Carreira, Jofran Frejat, Paes Landim, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e Pauderney Avelino e dos Senadores Geraldo Mesquita, Arthur Virgílio e Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao Presidente da Frente Ambientalista, Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, para economizar mais tempo, em seu nome, saúdo todos da Mesa, todos os presentes.

Senhoras e senhores, antes de começar propriamente o meu pronunciamento, eu gostaria de ler uma carta aberta ao Exmº Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em nome das seguintes entidades: AGAPAN; Amigos da Terra; APREMAVI; APROMAC; ASPOAN; Associação Amazônia; Astral; Conservação Internacional do Brasil; Conselho Nacional dos Seringueiros; Associação de Agro-extrativistas do Baixo Rio Branco e Rio Jauaperi; Fundação Vitória Amazônica; Instituto Sustentar; IMAZON; IPÊ; Instituto Socioambiental; Instituto Sociedade População e Natureza; Kaindá – Associação de Defesa Etnoambiental; MAIS – Movimento pelo Auto-desenvolvimento, o Intercâmbio e a Solidariedade (Itália); OELA – Oficina Escola de Lutheria da Amazônia; Pesquisa e Conservação do Cerrado; Rede Cerrado de ONGs; Grupo de Trabalho Amazônico; SOS Mata Atlântica; WWF-Brasil.

"Exmº Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

As organizações da sociedade civil brasileira abaixo assinadas vêm por meio desta carta manifestar sua preocupação com os processos de criação de unidades de conservação (UCs) de uso sustentável que foram enviados à Casa Civil da Presidência da República pelo Ministério do Meio Ambiente no início de 2007 e encontram-se paralisados desde então.

Tais processos apresentam morosidade indesejável, aparentemente obedecendo a uma postura preventiva de alguns órgãos do governo federal, que se posicionam contrariamen-

te à criação de UCs sempre que há qualquer possibilidade de que a unidade de conservação seja um empecilho para a exploração de recursos naturais. Essa postura não leva em consideração a importância ecológica das áreas e as populações que nela residem.

A situação se tornou extremamente grave no caso de comunidades locais que solicitam a criação de reservas extrativistas. Os ambientes naturais dos quais os extrativistas tiram seu sustento estão sendo degradados por grileiros, madeireiros, pescadores comerciais e caçadores ilegais. Os extrativistas são constantemente ameaçados por seu movimento de resistência contra a ação predatória nas áreas e, em algumas ocasiões, chegam a ser expulsos de suas terras. Há diversos casos de violência, como a morte de um fiscal do IBAMA, o incêndio na casa de um líder comunitário e confrontos entre os moradores e os grupos que desenvolvem atividades criminosas nas áreas. Os conflitos são agravados pelo atraso na assinatura do decreto de criação das reservas extrativistas.

As áreas que agora chamam particularmente nossa atenção referem-se às propostas de criação das reservas extrativistas do Baixo Rio Branco-Jauaperi (em Roraima e no Amazonas), Renascer (no Pará) e Montanha Mangabal (no Pará). Os moradores dessas três áreas – aproximadamente 750 famílias – estão desde o começo dos anos 2000 lutando pela criação das reservas extrativistas.

Estudos realizados por órgãos governamentais apontam que essas áreas são consideradas prioritárias para a conservação da diversidade biológica e pelos serviços ecológicos prestados, como, por exemplo, proteção de rios e nascentes, promoção do equilíbrio climático, entre outros. No caso das áreas propostas como reservas extrativistas, esses serviços ecológicos que beneficiam todo o País contam, atualmente, apenas com o esforço das comunidades locais para sua conservação.

Em um contexto de crise econômica, climática e ambiental, o Brasil tem, mais uma vez, a oportunidade e a responsabilidade de mostrar sua liderança com propostas consistentes de conservação do meio ambiente e de valorização da cultura das populações locais. Repensar a maneira de gerarmos riquezas e mudar o modelo como usufruímos da natureza é construir um futuro melhor para todos.

Pelas razões expostas acima, as organizações abaixo assinadas solicitam, mais uma vez, a criação das referidas reservas extrativistas, com o objetivo de conservar essas importantes amostras da natureza brasileira e, sobretudo, apoiar os moradores dessas áreas, que encontram-se em situação extremamente vulnerável.

São necessários processos mais ágeis de criação de unidades de conservação. Essas reservas extrativistas, em particular, carecem de ação urgente do governo, responsável por zelar pelo futuro dessas comunidades locais e de todos nós brasileiros que dependemos da natureza para sobreviver. Cientes da atenção de Vossa Excelência com as questões sociais mais prementes, contamos com sua sensibilidade para que os anseios dos extrativistas e da sociedade brasileira sejam atendidos.”

Assinam as entidades citadas no início.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, hoje, esta sessão conjunta destina-se a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Eu diria que o mundo não tem nada a comemorar na questão ambiental. Hoje, os exemplos que estão batendo na porta de todos nós nos indicam que, por culpa da ação do homem sobre o Planeta Terra, estamos ameaçando não somente a boa qualidade de vida dos seres humanos, ou dos outros seres, como também a própria vida no Planeta Terra.

Ainda há pouco, falou aqui o Senador Mão Santa sobre o que aconteceu no seu Estado, o Piauí; no Maranhão, também. Nunca, em tão pouco espaço de tempo, caiu uma quantidade de água tão grande naquela região.

Hoje, preocupados e solidários com as famílias daqueles que foram vítimas no acidente do Airbus, perguntamo-nos: será que essa famosa, hoje, zona de convergência tropical, que, de repente, consegue abater um avião com altíssima tecnologia é efeito também da mudança climática? Será que essa hiperatividade dessa zona de convergência não significa que até mesmo aquilo que era considerado o meio de transporte mais seguro, pelo próprio clima e pela própria ação do homem, está sendo ameaçado agora? Será que as secas fora de hora na Região Sul, a enchente que hoje acontece na Amazônia – segundo o INPE, desde 1902 não existe medição tão alta das enchentes da Amazônia -, será que aquela seca que tivemos, há 3 anos, tudo isso também não é produto do desarranjo ambiental que o mundo está vivendo?

Frente a isso tudo, o Brasil tem, sim, responsabilidades. Temos um diferencial que devemos aproveitar, mas temos responsabilidades que devemos assumir.

Dentro dessa perspectiva, hoje somos o quarto País, segundo o Inventário das Emissões de Gases do Efeito Estufa, que mais emite gases do efeito estufa. Por que dessas emissões? Será pela queima de combustível fóssil, como acontece com os países desenvolvidos? Não! A nossa posição incômoda de quarto maior emissor de gases do efeito estufa se dá pelo desmatamento, pela queimada e pelo mal uso do nosso solo, principalmente por aquilo que vem ocorrendo no bioma Amazônia, hoje, o mais importante da terra.

Sr. Presidente, não tomarei muito o nosso tempo. Muito aqui já se falou, e muito apropriadamente, sobre os diversos aspectos dessa complexa questão ambiental. É preciso que mais uma vez cobremos uma posição não só do Congresso Nacional, como do Governo, da sociedade como um todo. O que queremos como modelo de desenvolvimento para o Brasil?

Estava eu há pouco na Câmara dos Deputados assistindo exposições sobre o pré-sal. Falou-se em investimentos bilionários, em o Brasil entrar na OPEP, que vamos ser autossuficientes, ricos no petróleo, mas ninguém falou que a economia do mundo está mudando, e que isso é uma agenda do século XX. A agenda do século XXI é justamente o contrário, é uma economia de baixo consumo dos gases do efeito estufa. Estamos linkados à crise econômica.

A GM acaba de sofrer uma intervenção, acaba de ser estatizada – a GM, símbolo do capitalismo. Por quê? Porque a sua fábrica é inadequada a esses novos padrões. Foi comprada pela FIAT, que sempre proveu carros que emitem muito menos gases do efeito estufa. Esse é o sinal da nova economia. Não estamos atentos a esses sinais.

É preciso saber o que queremos da Amazônia. Queremos que a Amazônia seja uma fronteira agrícola a ser vencida? Queremos que a Amazônia seja, e continue sendo, o maior celeiro de gado do Brasil? Ou queremos que a Amazônia seja um bioma que presta serviços ambientais à humanidade?

Não há dúvida de que dentro dessa nova economia os nossos biomas, as nossas riquezas são diferencial a nosso favor. É por isso que temos de optar por preservá-los. Por isso que temos de, corajosamente, lutar para que o desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica, Sr. Mário Mantovani, seja zero. A partir daí, devemos começar a programar um novo futuro para o Brasil, um futuro que incorpore essas preocupações.

Que tenhamos os pés no presente, mas os olhos voltados para o futuro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Destaco a presença do Sr. Mário Mantovani, da ONG ambientalista Fundação SOS Mata Atlântica.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, ilustre Deputada Rebecca Garcia, subscritora do requerimento na Câmara dos Deputados – da mesma forma o Deputado Roberto Rocha; Exmº Sr. Deputado Sarney Filho, que preside a Frente Parlamentar Ambientalista; Deputada Vanessa Grazziotin; Sr. Rômulo Melo, que representa neste momento o Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc.

Fico muito feliz em ver o plenário ocupado por pessoas que com pouca idade começam a tomar conhecimento de um problema tão importante para a vida de todo o mundo.

Não acredito em economia sem a preocupação ecológica. Por outro lado, entendo que a ecologia deve ser trabalhada de tal modo que as pessoas possam se alimentar de maneira digna, ter moradia, acesso a serviço de saúde decente, a saneamento básico.

Outro dia, fizemos aqui, Deputado Sarney Filho, uma memorável vigília. Achei que foi tudo muito bonito, sobretudo o fato de que se estava aqui chamando a atenção, por intermédio de pessoas que o País tanto ama, como Christiane Torloni, Victor Fasano, para o tema amazônico. Portanto, nacionalizando uma questão que já é internacional, mas a que o Brasil provinçanamente finge não poder dar importância. Falou-se muito pouco – este é um reparo que faço – no homem da região. São 25 milhões de amazônidas. Aliás, o filho do Senador João Pedro, Yuri, foi a primeira pessoa naquela reunião a chamar a atenção para o homem.

Não aceito não discutir os 25 milhões de seres humanos que moram na Amazônia. Essa questão da ecologia humana eu não abandono sob nenhum aspecto. Para mim, o equilíbrio da natureza se coloca em volta do homem. E tem de ser, portanto, a favor das gerações futuras, a preservação de um meio ambiente justo, sustentável, para que a própria vida humana seja cada vez melhor. Eu não tenho nenhuma dúvida de que essa é uma posição que eu devo expor em toda e qualquer ocasião que se apresente à minha frente.

Participei, há tempos, de um seminário internacional sobre meio ambiente em Florianópolis. Quando cheguei, tinha acabado de falar José Goldenberg, Ministro da Educação no Governo Fernando Collor, um cientista respeitado, com muito boa reputação no País inteiro. Não ouvi uma palavra do que havia dito, Sena-

dor Jefferson Praia, e acabei repetindo suas palavras. Sem fantasia, não se deve a preservação dos 98% de cobertura florestal no Amazonas a nada, a programa estadual algum, a programa federal qualquer. Não se deve. Deve-se pura e simplesmente ao polo industrial de Manaus, Deputado Rodrigo Rollemberg. Pura e simplesmente, a mais nada – sem exagero para cá, nem exagero para acolá. Se quisermos apego à verdade, vamos então dizer que é da maior incoerência alguém escrever no mesmo jornal que é contra incentivos para o polo de Manaus e exigir um meio ambiente íntegro, pois que é o polo de Manaus que segura os 98% da cobertura florestal.

No Pará não é assim. No Pará, durante o período da ditadura militar, a SUDAM, facilitando a corrupção, ao mesmo tempo incentivava o desmatamento, a implantação da pata do boi onde às vezes onde não cabia, onde quase nunca cabia. Temos aquele drama do sul do Pará, que já mostrou tantas mortes, tanta violência e não apresentou ainda solução econômica duradoura de verdade.

No Acre, substituíram a economia paternalista do seringal – paternalista, quase que escravagista de certa forma, bem casa grande e senzala mesmo – pela pata do boi, também incentivada pela SUDAM. Foi outro fracasso, foi outra desgraça, enfim.

O Amazonas teve sorte. Devo resgatar um dos generais da ditadura que combati, como V.Exª combateu, Senador João Pedro, precisamente o Marechal Castelo Branco, que teve o bom senso de, pensando na soberania nacional – não se falava na questão ecológica àquela altura -, propor, aliás, como ditador que era, determinar a criação da chamada Zona Franca de Manaus. A ignorância sobre o Amazonas e sobre a Amazônia é tão grande que vemos pessoas muito respeitadas, as quais estimo e amo lê-las e ouvi-las, falarem com muita autoridade de assunto que não dominam. Respeito quem consegue falar sobre o que não entende com vigor, com coragem, enfim. Consideram a Zona Franca de Manaus uma excrescência – isso, leio em respeitáveis editoriais.

De repente, precisamos dar incentivos à indústria automobilística – e não sou contra -, para salvar empregos, para salvar uma indústria importante do País, mas isso não recebe comentário negativo qualquer. Em troca de uma isenção fiscal de 10 bilhões de reais, oferecemos um faturamento anual, quando a economia está normal, de mais de 30 bilhões de dólares, alguma coisa tipo 400 mil empregos, entre diretos e indiretos; a preservação de 98% da cobertura florestal do maior Estado da Amazônia.

Não é por outra razão que Manaus preteriu Belém aos olhos da FIFA. Não houve outra razão a não

ser essa, ou seja: não teria sentido mais uma cidade do litoral, num Estado que tem problemas ecológicos graves, tirando aquela que é a maior da Amazônia, que tem sua cidade como o seu próprio coração, envolvida ela própria por uma floresta praticamente inteira, praticamente intacta. Precisaríamos olhar mais o Brasil como um todo.

Ouvi os discursos com muita atenção e jamais abandonaria a minha convicção ambientalista, a minha convicção de que não é possível se construir uma economia saudável sem um meio ambiente solidamente saudável também. Agora, obviamente, o grande exercício dos Governos é buscar soluções econômicas que não ofendam o meio ambiente, que deem resposta àquilo que as pessoas precisam ouvir. O avanço sobre a floresta muitas vezes é forçado pela fome, pelo desemprego. Não me refiro às madeireiras asiáticas, às geladeiras coreanas que veem com todo aquele ânimo de predar; refiro-me mesmo ao fato de que, colocadas em situação limite, as pessoas partem para sua própria sobrevivência.

O polo industrial de Manaus financia a capital e, indiretamente, o interior do Estado. Isso poupa a Floresta Amazônica no maior Estado da região, aquele que tem 1 milhão e 500 mil quilômetros quadrados.

Portanto, vejo que perdemos um tempão no Congresso com o dia do filatélista, o dia do inimigo do filatélista, o dia do amigo do filatélista. Temos visto sessões as mais esdrúxulas. Esta não é, mas eu não gostaria de dizer algo que julgo que a sinceridade deva impor. Acrecentaria eu àquela vigília o problema que tem de ser resolvido pelos Governos deste País. São 25 milhões de brasileiros que moram na região amazônica e que precisam se alimentar, ter acesso a saneamento básico, à educação, à ambição, precisam ter direito a sonhar. Hoje, eles não têm muito com o que sonhar. Meu Estado, então, requereria uma atenção muito maior por ser aquele que, até por força do polo industrial que lhe dá sustentação, consegue responder com 98% de preservação da floresta.

Algo muito me preocupa: não encontrarmos a fórmula de deter o desmatamento nos Estados vizinhos. Não existe mapa que contenha a degradação do próprio meio ambiente do meu Estado. É preciso conter não só lá como nos países amazônicos vizinhos. O mapa não vai segurar. Então, o Pará precisa ter meios de deter o seu nível de desmatamento atual que é terrível – a mesma coisa os demais Estados em volta.

O Amazonas teve a sorte, a felicidade de Roberto Campos ter tido a visão estratégica, com Castelo Branco, de ter criado o polo industrial de Manaus. Isso segura o desmatamento. Não adianta inventar nenhum apelido, nem nome. É exatamente o polo industrial de

Manaus, para quem gosta ou não dele, para quem escreve a favor dele ou não. Saibam que é precisamente o polo de Manaus que garante os 98% da cobertura florestal ali na região. Não há outra explicação para isso. Não fosse ele, o Amazonas teria um nível de devastação talvez maior do que o do Pará, que tem uma economia mais forte, se levarmos em conta que é mais diversificada, uma pauta de exportações bonita, ampla, não dependente de uma coisa só, como dependemos, que é o resultado do polo de Manaus. O Pará, não. Ele depende de várias políticas internacionais, de vários produtos que exporta, é uma economia, senão mais pujante, mais equilibrada que a do Amazonas. Mas a nossa economia protege mais a natureza, até pela própria orientação das suas fábricas, que são sem chaminés, são verdes, enfim.

Imagino que todos aqui procuram dar sua contribuição. A minha é no sentido de refletirmos sobre essa comunhão que deve haver entre o meio ambiente e o ser humano. Não quero estabelecer uma hierarquia em que o homem fique atrás. O homem tem de estar em cima. Quero uma natureza que seja construída para que o homem dela usufrua a vida inteira. Antes de acontecer a desertificação da Amazônia, haveria uma tentativa de intervenção militar sobre o nosso Estado, tentando transformá-la talvez num protetorado sob a bandeira da ONU, disfarçando-se aí a presença de grandes potências militares e econômicas do mundo. Então, temos responsabilidade e não podemos permitir jamais a “savanização” de uma região como aquela – não podemos nunca.

Por outro lado, não podemos deixar de encontrar uma fórmula que dê a necessária proteção à vida das pessoas que lá estão. Por onde ando, vejo muita miséria, muita fome – e o meu Estado tem os favores da Zona Franca de Manaus -, muita injustiça, muita falta de perspectiva. Senadora Marisa Serrano, tanto faz passar em alguns municípios, em alguns distritos desses municípios, na segunda-feira ou no domingo, porque todo dia é como domingo. As pessoas não trabalham porque não têm emprego, simplesmente não têm o que fazer. Os idosos são a grande força motriz dessa economia, porque recebem aquele benefício da LOAS, garantido pela Constituição de 1988. No mais, um pouquinho de funcionário do Governo de Estado e um poucão dos Governos Municipais. Todos os anos, com muita dor, assino aquelas listas, os livros de ouro de quem vai se formar no segundo grau ou de quem vai ser professor do ensino fundamental, sabendo que não há emprego – é uma coisa que me dá muita dor mesmo.

Eu gostaria muito de exortar todos a buscarmos imprimir todos os sonhos e todo o amor à natureza.

Quem nasce num Estado como o meu tem a obrigação de ter esse amor e esse sonho, porque não há lugar mais bonito para se sonhar e para se viver. Mas é preciso colocar essa dose de realismo, ter soluções econômicas muito claras. Muito mais que palavras, muito mais que condenações, muito mais que a política do “não”.

Tenho bom apreço pelo Ministro Carlos Minc, Dr. Rômulo, quando S.Ex^a diz que gosta de buscar o “sim”, que procura ver o que é possível fazer, porque o “não”, “não”, “não” leva à marginalização das atitudes. O “sim! pode levar à diminuição da pressão sobre a floresta. Nós temos de encontrar alternativas muito claras para ela própria.

Comemoremos o Dia Mundial do Meio Ambiente com muita esperança na eternização da floresta amazônica, na construção de uma economia mundial – e falou muito bem o Deputado Sarney Filho – que mostre caminhos novos na exploração das fontes de energia, que busque alternativas às fontes poluentes que por aí estão.

Ao mesmo tempo, particularizando em relação ao meu Estado, à minha região, entendo que temos de procurar acenar para o ser humano com a ideia – que tem de virar fato – de que toda essa nossa luta não tem nele adversário. São seres humanos que moram na Amazônia, aqueles que queremos beneficiários de uma ordem melhor, uma ordem mais justa, mais humana, mais cristã. É para eles que vivemos e para eles é que a natureza tem de ser preservada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Convidado para compor a Mesa o Sr. Mário Mantovani, representante da ONG ambientalista Fundação SOS Mata Atlântica.

Destaco a presença do Deputado Federal Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul.

Hoje, abrillantam esta sessão especial alunos do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo; Centro de Ensino Fundamental São Francisco e Centro de Ensino Fundamental São Bartolomeu, que participam do projeto Semente das Águas, da Associação Preserve a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Neste momento, quebro o protocolo para termos o prazer de ouvir Karine Pereira Lima, representando os alunos, os jovens deste País, e Felipe Lima, ambos convidados para fazer uso da palavra.

A SRA. KARINE PEREIRA LIMA – Bom dia.

Agradeço a todos a presença e a oportunidade de estar aqui representando o projeto Semente das Águas no dia da comemoração mundial do meio ambiente.

Quero ressaltar a importância do meio ambiente. Ela está ligada à economia, à qualidade de vida e ao equilíbrio climático do planeta.

Temos de dar atenção especial à maior das florestas tropicais do planeta, a Amazônia, para que as futuras gerações possam desfrutar desse bem que está desaparecendo pouco a pouco com as queimadas e os desmatamentos.

Pedimos a atenção para as questões ambientais quando forem aprovar políticas públicas relativas ao meio ambiente, pois esta causa não pode esperar por muito tempo. A natureza pede socorro.

Como fechamento, eu gostaria de deixar um folheto do projeto Sementes das Águas ao Senador Jefferson Praia.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Karine, nós que a agradecemos, assim como ao Felipe e a todos dessas escolas que abrillantam esta sessão.

Nosso trabalho é realizado em prol dos que neste momento vivem neste planeta, a fim de prepará-lo para um futuro melhor. A missão é muito grande. A minha geração tem cometido muitos erros, mas a sua, certamente, se os erros vierem, serão muito menores, porque cuidarão melhor deste planeta, como já estão cuidando atualmente. Dessa forma construiremos um planeta melhor.

Muito obrigado a todos pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia; prezada Deputada Rebecca Garcia e Deputado Roberto Rocha, subscritores do requerimento na Câmara dos Deputados; Senador João Pedro, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista; Deputado Sarney Filho; prezada Deputada Vanessa Grazziotin; prezado amigo Mário Mantovani, representando a SOS Mata Atlântica; prezados alunos, estudantes do Centro Fundamental Cerâmica, de São Paulo, do Centro Fundamental São Francisco, do Centro Fundamental São Bartolomeu, todos da querida cidade de São Sebastião; prezados Senadores; prezados Deputados.

É muito importante que o Congresso Nacional, nesta sessão conjunta, esteja fazendo uma reflexão sobre o Dia do Meio Ambiente, sobre a Semana do Meio Ambiente.

Estamos vivendo uma crise econômica que não é apenas uma crise do capitalismo. É uma crise do capitalismo e também uma crise ambiental. Temos uma

oportunidade histórica de construir um novo modelo, um modelo em que o desenvolvimento econômico não seja incompatível com a preservação do meio ambiente. Pelo Contrário, um modelo que tenha o meio ambiente como um dos principais ativos do desenvolvimento econômico.

Tive a oportunidade de trabalhar no Ministério da Ciência e Tecnologia. Recordo-me que o então Ministro Eduardo Campos, hoje Governador de Pernambuco, dizia que a forma mais inteligente de preservar, de proteger a Amazônia é pelo conhecimento. Essa frase não serve apenas para a Amazônia, serve também todos os biomas brasileiros. De nada adiantam as ações repressivas, fiscalizadoras, todas importantes, se não buscarmos, pelo conhecimento, construir alternativas para que as pessoas que moram na floresta, no cerrado, na Mata Atlântica possam viver com dignidade, de forma sustentável, aproveitando o que aquele meio ambiente generoso lhes oferece em todas as formas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Senador Renato Casagrande, Senador Antônio Carlos Valadares, o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, esta semana, tem a oportunidade de prestar uma grande contribuição ao País na luta pelo meio ambiente, uma questão concreta. Estão pautadas, e poderão ser apreciadas esta semana pelo Plenário da Câmara, 2 propostas de emenda à Constituição da maior relevância no que se refere a uma atitude prática em relação ao meio ambiente. Uma delas teve origem no Senado, de autoria desse valoroso e corajoso Senador sergipano, Antônio Carlos Valadares, que garante recursos para a revitalização do Rio São Francisco. Outra, de autoria de um Parlamentar da Câmara, que, se aprovada, virá para o Senado, a PEC do Cerrado, que alça o Cerrado e a Caatinga à condição de patrimônios nacionais, a exemplo do que já existe com a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal mato-grossense, a Serra do Mar e a Zona Costeira.

Falaremos primeiro do Velho Chico, da Proposta de Emenda à Constituição do Senador Valadares, que garantirá 6 bilhões de reais nos próximos 20 anos – portanto, 300 milhões de reais por ano –, para a revitalização do rio São Francisco, rio da integração nacional, rio que é patrimônio de todos os brasileiros. Falo de um rio que conheço profundamente e pelo qual tenho carinho, amor de brasileiro.

Há 9 anos, Senador Jefferson Praia, tive oportunidade de participar de uma expedição denominada Caminho das Águas, juntamente com diversos artistas, com pesquisadores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, da Universidade de Minas Gerais, da Universidade do Sudoeste

da Bahia. Cada um desenvolvia um trabalho com as comunidades ribeirinhas. Essa expedição saiu da cidade de Pirapora e viajou pelo rio São Francisco ao longo de um mês, chegando na sua foz, entre as cidades de Piaçabuçu e Brejo Grande, nos povoados do Potengi e do Cabeço.

É sempre um espetáculo o rio São Francisco, mas a sua situação é extremamente desoladora. Naquele momento, cada um dos participantes da expedição, de acordo com a sua atividade profissional, desenvolvia um trabalho com as comunidades ribeirinhas. Uns faziam pesquisa sobre os hábitos culturais, musicais daquela região; outros faziam coleta da água do rio para verificar a qualidade; eu, particularmente, na condição de autor da Lei das Águas do Distrito Federal, reunia-me com Prefeitos, Vereadores e agentes líderes da sociedade civil, para discutir a implantação dos comitês de bacias hidrográficas.

O rio São Francisco está na UTI, em apuros, seja pelo desmatamento das matas ciliares, seja pelo processo permanente de erosão e assoreamento, seja porque praticamente todas as prefeituras jogavam nele seus esgotos *in natura*, reduzindo de forma drástica a sua piscosidade, seja porque muitas das famílias que moravam próximas das suas margens sequer tinham água de boa qualidade para beber.

O processo de erosão e assoreamento começa nos afluentes e se estende até o Rio. Em muitos momentos, a barca em que viajávamos atracava, não conseguia navegar; ficávamos um ou dois dias parados, até que um empurrador de uma cidade próxima viesse desatracar a barca para continuarmos a nossa viagem.

Em Bom Jesus da Lapa, as margens do Rio São Francisco se encontram a quase um quilômetro de onde era o antigo porto. Ou seja, testemunhamos a redução do Rio São Francisco.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é uma questão de brasiliade, de responsabilidade com o País, de responsabilidade com as futuras gerações aprovarmos a proposta de emenda à Constituição do Senador Valadares que garante o Fundo de Revitalização do rio São Francisco.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – V.Ex^a me permite um aparte, nobre Deputado Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PS – DF) – Com muito gosto, prezado Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Deputado, V.Ex^a é um estudioso do meio ambiente em nosso País. Na Câmara dos Deputados, o trabalho de V.Ex^a junto à Mesa, como Líder do PSB, e às demais Lideranças daquela Casa no sentido de colocar em votação, na Ordem do Dia, a PEC nº 524, que tra-

ta da criação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco, é o testemunho de que V.Ex^a é uma pessoa engajada com os interesses maiores desta Nação, notadamente com a recuperação do nosso Rio São Francisco, que, como relatou V.Ex^a, está em permanente processo de degradação, degradação essa que ainda não foi devidamente combatida com meios eficazes, inclusive com a alocação de recursos necessários para sua revitalização. Por isso, esta proposta da criação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco é importante, porque não apenas vai executar obras de saneamento básico em mais de 500 cidades da Bacia do São Francisco que jogam dejetos e esgotos diretamente na calha do rio, como também vai dar oportunidade aos gestores públicos, durante 20 anos, de corrigirem execuções ou atividades que praticamente estão paradas. A irrigação, por exemplo, que é importante para a nossa Região – para Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas -, para Minas Gerais e para todos os Estados por onde passa o Rio São Francisco. Além do mais, há o turismo rural. V.Ex^a falou das belezas do Rio São Francisco. Ele só pode ser restaurado com a recomposição das matas ciliares e o aumento da sua vazão. Consequentemente, estaríamos criando condições de infraestrutura para o total aproveitamento do nosso rio e contribuindo, inclusive, para a sua beleza natural. Além disso, devemo-nos preocupar com a pesca, que no passado foi uma atividade econômica bastante rentável, notadamente nos Estados de Sergipe e Alagoas. Hoje essa atividade econômica está totalmente prejudicada. Por isso, parabenizo V.Ex^a e registro que reconheço o seu trabalho na Câmara dos Deputados, como Líder do PSB e como um homem voltado para a melhoria das condições ambientais das bacias hidrográficas do Brasil. Reconheço o seu trabalho e agradeço o seu empenho, atendendo a um desejo não só da Câmara dos Deputados como também dos Senadores, que aprovaram por unanimidade essa proposta que há quase 8 anos tramita no Congresso Nacional. Um abraço, meu Líder Rodrigo Rollemberg. Parabéns ao Distrito Federal, que tem um Deputado como V.Ex^a, que, por uma coincidência muito feliz, é meu conterrâneo de Sergipe.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF) – Muito obrigado, Senador Valadares, por suas carinhosas palavras.

Quero dizer, Senador, que o segundo tema possível de ser votado nesta semana pela Câmara dos Deputados guarda uma relação fundamental com a preservação do Rio São Francisco. Refiro-me à proposta de emenda à Constituição que alça o Cerrado e a Caatinga à condição de patrimônio nacional.

Testemunhei, na visita que fiz ao Rio São Francisco, o desmatamento ilegal do Cerrado brasileiro, sobretudo nos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, onde o Cerrado está-se transformando em carvão, para alimentar, de forma ilegal, sobretudo as siderúrgicas do Estado de Minas Gerais.

Como apreciador de Guimarães Rosa, fico imaginando o que seria do Grande Sertão: Veredas sem os cerrados da beira do Urucuia, sem os cerrados da beira do Paracatu, do Grande, dos afluentes do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é importante ressaltar que o Brasil já conseguiu uma mobilização política em torno da defesa da Amazônia. Mas o Brasil também precisa mobilizar-se em defesa da PEC do Cerrado, Deputado Pedro Wilson, um dos autores da proposta.

Estamos falando de um bioma que possui uma das maiores biodiversidades do planeta, a maior biodiversidade num bioma de savana. Estima-se que existem 10 mil espécies de plantas no Cerrado, sendo que, dessas, 4.400 são endêmicas, ou seja, só existem no Cerrado. Estamos falando de um bioma que é responsável por 70% da descarga das águas das Bacias do Tocantins, do Paraná e do São Francisco. Portanto podemos dizer, sem exagerar, que o Cerrado é a caixa d'água do Brasil. Estamos falando de um bioma de transição entre a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica e a Caatinga.

No momento em que se discute as mudanças climáticas e o aquecimento global e em que consta, entre as áreas de fronteira do conhecimento, da política tecnológica, industrial e de comércio exterior do Brasil, a biotecnologia, o desenvolvimento da biotecnologia aliado a essa profunda biodiversidade do Cerrado brasileiro, onde há plantas acostumadas ao estresse hídrico, a grandes mudanças de temperaturas e a longos períodos de estiagem, nos propicia a possibilidade de adaptar a agricultura brasileira às mudanças climáticas.

O que falar da possibilidade dos alimentos funcionais, hoje pesquisados pela Embrapa, com a imensa biodiversidade do Cerrado brasileiro?

Sr. Senador Jefferson Praia, Sras. e Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados precisa fazer justiça com esses 2 biomas brasileiros: o Cerrado e a Caatinga.

Como disse o Jurista Paulo Bonavides, temos que garantir na Constituição brasileira a prevalência dos princípios. Portanto, nada mais justo garantir que biomas da importância do Cerrado e da Caatinga, que já são patrimônios nacionais de fato, transformem-se em patrimônios de direito, com *status constitucional*,

a exemplo do que já existe com a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal, a Serra do Mar e a Zona Costeira.

Para concluir, Sr. Presidente, destaco que, neste momento de crise, precisamos construir um novo modelo. Precisamos trabalhar, mas precisamos também perseguir utopias. Como disse o Senador Virgílio, precisamos sonhar, mas acalentados na força poderosa da esperança, que nos anima e nos faz olhar para o presente e para o futuro, para o mundo e para a cida-de, para o homem e para a humanidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero agradecer a presença ao Deputado Pedro Wilson e ao Sr. Ricardo Mesquita, da instituição Preserve Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marisa Serrano.

Peço a compreensão de todos porque, daqui para frente, marcaremos o tempo de 10 minutos, já que há ainda muitos oradores inscritos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V.Ex^a, a Deputada Rebecca Garcia, os Deputados Pedro Wilson e Rodrigo Rollemberg – que nos deu uma aula para nós sobre Cerrado e Caatinga, dois biomas importan-tíssimos -, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal aqui presente, Senador Renato Casagrande, todos da Mesa e demais presentes.

Vou tentar falar o mínimo possível. Queria levan-tar alguns problemas que acredito serem fundamen-tais. Primeiro, há muito pouco tempo estamos falando em meio ambiente, discutindo essa questão no País. Essa evolução da consciência é muito nova, nem to-dos estão impregnados dessa consciência no Brasil. Nem as próprias escolas, nem os próprios professores têm a consciência de que é preciso coordenar e pesar na mesma balança o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

A forma como o Brasil assumiu a sua tarefa de im-plementar o desenvolvimento econômico, esta so-ciedade de consumo, que quer cada vez mais, em-purra a economia brasileira para conquistar espaços, nichos, na área natural do nosso País que nós não gostaríamos de ver.

Por isso, brigamos muito. Matéria da revista *Época* fala do meu Pantanal, o Pantanal do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Segundo a matéria, só restaram 40% de toda a área do Pantanal. Não é verdade. Lendo a notícia, vemos que 85% da mata nativa da planície está preservada. A própria reportagem diz isso. Mas

há, é claro, um avanço no planalto. É necessário que se discuta, pois não se pode matar o homem e dizer: “A partir de hoje, não se mexe mais em área nenhuma deste País. A lei vai ser essa.” E, ao mesmo tempo, não discutirmos a questão econômica. Como o Brasil vai trabalhar a questão para garantir que o povo brasileiro continue comendo?

Essas duas questões têm de ser discutidas con-comitantemente, não podem ser separadas. É preciso discutir como fazer para que Mato Grosso do Sul, o meu Estado, continue tendo um dos maiores rebanhos de gado do País e sendo um dos maiores produtores de grãos, junto com o Mato Grosso, e, ao mesmo tempo, mantermos o que é fundamental para a vida: a garan-tia do meio ambiente.

Temos discutido muito a questão da água. Par-ticipo muito dessa discussão e propus em nossa Co-missão de Meio Ambiente – cujo Presidente, Senador Renato Casagrande, está presente – a criação da Subcomissão Permanente de Águas. Isso porque o que nos interessa, por exemplo, no caso do Pantanal, é garantir que as cabeceiras dos rios que estão no planalto sejam preservadas.

Temos sempre de trabalhar as duas questões. Não pode um ambientalista vir aqui e discutir só o meio ambiente, sem discutir a sobrevivência do homem. São duas partes de uma mesma questão que precisamos atacar nesta nossa discussão que é fundamental.

É difícil falar em tão pouco tempo, mas queria dizer que, encontrando esse equilíbrio, o passo mais importante a ser dado para a preservação da natureza é a criação de uma nova consciência humana que reveja as bases deste nosso consumismo desenfreado. Isso não serve só para o Brasil, mas para todo o mundo. Precisamos ver como o mundo pode pensar de maneira diferente na área do consumo.

A educação, como eu disse, tem um papel fun-damental. Até pouco tempo, estávamos aqui com os nossos alunos de escolas. Eu construí, Senador Je-fferson Praia, um catálogo de educação ambiental e sugestões para o professor. Um catálogo em que o professor tenha condições de achar motivação – o Deputado Pedro Wilson, que também é professor, sabe disso – para trabalhar o meio ambiente. Não é trabalhar o meio ambiente dando aulas profundas, que a criança não vai entender. Mas no catálogo eu quis colocar, com a ajuda dos professores do Mato Grosso do Sul, todo o aparato lúdico que o professor pode ter. Filmes, músicas, desenhos e jogos onde o professor pode encontrar subsídios para facilitar o seu trabalho nas escolas.

Senador Jefferson Praia, também temos que nos preocu-par com isto. Nós não temos suficiente material

lúdico e criativo para que os nossos professores possam trabalhar essa questão com as crianças. Então, as milhões de crianças que estão na escola não têm essa educação como gostaríamos. E se não educarmos nossas crianças fica difícil acreditar que vamos criar uma outra consciência, uma consciência ecológica, a consciência ambiental que queremos para o nosso País.

Ademais, quero registrar aqui que os nossos partidos políticos – e essa é uma Casa política -, o Congresso Nacional, sejam os Deputados ou os Senadores, temos que trabalhar, e muito, na discussão e preparação de leis e na discussão das leis já existentes para fazer com que a redoma de todo o meio ambiente no País seja vista de uma maneira que sirva para barrar um pouco essa destruição desenfreada que vemos em algumas partes deste País.

Quero dizer que o meu partido, o PSDB, no próximo dia 5, sexta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, estará reunido em Foz do Iguaçu. Não poderia estar reunido numa área e numa cidade tão emblemática para a questão do meio ambiente no que se refere às águas, as cataratas, mas também por ser ali uma tríplice fronteira: Argentina, Paraguai e Brasil. Vamos discutir o meio ambiente e o agronegócio, para ver se conseguimos fazer o que eu disse no início desta minha fala: o equilíbrio de duas questões importantíssimas e que hoje são extremamente controversas no País. O PSDB estará reunido, junto com os Democratas e com o PPS, num seminário para discutir essa questão no dia 5, sexta-feira, em Foz do Iguaçu.

Além de termos proposto a criação da Subcomissão de Águas, que acredito ser fundamental, fiz outra proposição que entendo ser singela mas que também é importante. Eu pediria aos Deputados, principalmente ao Deputado Pedro Wilson, o apoio na Câmara para a criação do Dia da Educação Ambiental, para fazer com que as escolas parem um dia. A minha ideia é estabelecer o dia 6 de junho, logo depois do Dia do Meio Ambiente, para que as escolas parem para discutir, no Brasil inteiro, a questão ambiental.

Sei que pode parecer muito pouco, apenas um dia, mas um dia que é necessário, para que a partir dele haja uma tomada de consenso, como estamos fazendo hoje aqui. Por que realizamos sessão solene nesta Casa? Fazemos sessão solene justamente para pararmos um pouco e ouvirmos várias propostas e sugestões sobre aquele tema que nos interessa. E é assim que eu gostaria que as escolas fizessem.

A proposta passou pelo Senado e já está na Câmara, na Comissão de Educação – o Deputado João Matos é o Relator -, para que possamos fazer com que as escolas tenham a obrigatoriedade de, pelo menos,

começar a discutir com mais seriedade a questão do meio ambiente.

Termino minha fala, Sr. Presidente, dizendo da minha alegria pelo fato de podermos estar juntos. Este é um tema que poderíamos levar muito tempo discutindo. É uma questão que nos dá muita preocupação, mas também nos empolga. Não há quem fique fora dela. Todo mundo aqui tem uma opinião; contra ou a favor, mas tem uma opinião.

É importante também que possamos considerar, principalmente nos nossos partidos políticos, a questão do meio ambiente como prioridade. Às vezes não é fácil, porque nem todas as pessoas acreditam, Senador Valadares, que esta é uma questão que veio para ficar. E o problema não vai diminuir; é justamente o contrário: só vai aumentar.

Portanto, é necessário que os nossos partidos políticos estabeleçam como fundamental a discussão do meio ambiente e esclareçam qual é a proposta que cada partido tem, para que a sociedade saiba, na hora de votar nos seus representantes, qual é o partido e as pessoas que realmente vão estar voltadas para esta questão fundamental para a existência do homem na terra.

Era só isso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Jefferson Praia, que preside esta sessão; subscritores do requerimento de realização desta sessão solene do Congresso Nacional; Exmº Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Rômulo Mello; Sr. Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani; meus caros colegas e Srs. Senadores, os oradores que me antecederam já disseram da relevância desta solenidade.

Quero aqui registrar a iniciativa da Senadora do Mato Grosso do Sul exatamente no sentido de se criar o Dia da Educação Ambiental. A educação ambiental é o nó górdio da política ambiental no Brasil. Deveria ser massificada a leitura e a abordagem da Agenda 21 em todas as escolas do País, em todos os níveis. No entanto, não conseguimos isso.

Sr. Presidente, a princípio pensei que não deveria mais falar nesta tarde porque todos os oradores que me antecederam esgotaram o assunto. Além do mais, o tempo exige parcimônia dos oradores. Mas como sou o único representante da Caatinga nesta solenidade, não poderia deixar aqui de dizer algo neste dia. Inclusive, aproveito para agradecer ao Deputado Pedro Wilson, de Goiás, autor da PEC que coloca o Cerrado e a Caatinga sob a tutela constitucional.

Confesso que foi uma falha minha, como Constituinte muito vinculado ao Poder Judiciário e à ordem econômica quando da elaboração da Constituição, ter passado despercebida a oportunidade de introduzir essa proposta, que o Deputado Pedro Wilson vem há muito tempo defendendo aqui nesta Casa por meio dessa PEC. Fico muito feliz, porque S. Ex^a é um homem do ecossistema do Cerrado que está preocupado com a Caatinga, o que mostra a grande sensibilidade do Deputado Pedro Wilson pelo contexto do meio ambiente no seu todo. É realmente uma das qualidades raras nesta Casa que eu muito admiro nesse bravo representante de Goiás.

Sr. Presidente, queria aqui, aproveitando a presença do eminente Presidente do Instituto Chico Mendes, Dr. Rômulo Mello, fazer um apelo, mais uma vez, para que o Cerrado e a Caatinga no Piauí sejam devidamente protegidos pelo Instituto e pelo Ibama.

Já denunciei várias vezes da tribuna da Casa a carvoaria que se transformou o Cerrado do meu Estado. Sete caminhões saem diariamente do Cerrado para Minas Gerais e para o Sul do País sem nenhuma fiscalização policial, ambiental e até fazendária. É um verdadeiro contrabando em todos os sentidos, mas, infelizmente, o Ibama não tem fiscais, não tem estrutura suficiente para fiscalizar a área.

Inclusive, é importante que no contexto de política ambiental possamos contar com a ajuda do Ministério da Justiça e do próprio Poder Judiciário. Nessas áreas ameaçadas de degradação, nesses ecossistemas valiosos para o nosso País poderiam estar presentes, pelo menos em um determinado raio de ação, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal, porque sabemos da leniência com que agem nesse sentido, infelizmente, na sua grande parte, a Justiça dos Estados.

É importante a presença da Polícia Federal para inibir o tráfico de animais, o tráfico de madeiras, a destruição do Cerrado, como aqui exemplificada.

Sr. Presidente, na própria Caatinga, vejo que o Parque Nacional da Serra das Confusões, que o Dr. Rômulo Mello visitou junto comigo há cerca de 6, 8 anos, ainda não foi devidamente estruturado. Por isso, toda sua madeira de lei, a madeira mais nobre de nossa região de Cerrado e Caatinga, está toda destruída por causa do contrabando. Isso ocorre porque não existe na fronteira com Pernambuco a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e a Justiça Federal para coibir esses abusos.

Agora mesmo, meu caro Dr. Rômulo, o Secretário de Meio Ambiente de meu Estado autorizou – imagine V.Sa. – uma carvoaria em todo o Parque Nacional Serra da Capivara, que também vem tendo sua pureza ecológica minada pelo próprio Incra, que autorizou

assentamento nas suas proximidades. A falta de responsabilidade ecológica desses organismos governamentais precisa ser devidamente cobrada por nós, Parlamentares, e pelas autoridades que têm responsabilidade pelo meio ambiente em nosso País.

Por isso, receio muito quando se fala em delegar às autoridades estaduais competência para liberação ambiental, porque todas se comprometem com a politicagem, com interesses miúdos, e aqui, em Brasília, que está mais longe do dia a dia das pressões ambientais locais, existe mais condições de neutralidade e imparcialidade quanto a essas licenças ambientais.

Aproveito, portanto, o Dia do Meio Ambiente para dizer que a Caatinga, que represento com muito orgulho, o bioma mais esquecido, precisa de SOS tanto do IBAMA como do Instituto Chico Mendes. E o Cerrado, se não tivermos condições de protegê-lo imediatamente, de reverter o quadro de degradação ambiental, será o próximo deserto nos próximos 20 anos, sobretudo no Estado do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PS – SE) – Sr. Presidente, quando será a minha vez, já que estamos no fim?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– V.Ex^a será o próximo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Aqui é por idade, Senador Valadares; primeiro, os mais velhos.

Quero cumprimentar o Senador Jefferson Praia, nosso Presidente, um dos requerentes desta sessão; o Sr. Rômulo Mello, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; o Sr. Mantovani, nosso amigo Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica; os Srs. Senadores e Deputados, as senhoras e os senhores.

Quem fala por último tem que gastar menos tempo, porque cada um vai tendo seus compromissos e ficamos apertados com o tempo. Mas não poderia deixar de manifestar minha opinião neste dia em que se comemora, no Senado, numa sessão conjunta, a Semana do Meio Ambiente, o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, acho fundamental que tragamos nossa mensagem. A Comissão de Meio Ambiente do Senado tem um papel importante neste debate. Além de ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente, sou membro da Co-

missão de Mudanças Climáticas e tenho trabalhado muito nesses temas.

Neste momento, no Brasil, discutir a questão ambiental é de uma importância muito grande, porque estamos vivenciando um grande debate. Estamos numa fase de encruzilhada, num cruzamento onde a sociedade brasileira vai ter que dizer qual é o modelo de desenvolvimento que deseja, e isso passará pelo Congresso Nacional. Passa de vez em quando, mas vai chegar o momento em que vai passar por meio de um projeto mais bem estruturado o que desejamos em termos de modelo de desenvolvimento.

Hoje há um debate, um enfrentamento entre os que querem alterar e flexibilizar a legislação, torná-la menos restritiva, e os que querem manter a legislação mais restritiva com relação à proteção dos recursos naturais.

Compreendo que podemos encontrar um caminho que seja o de um modelo novo de desenvolvimento que não seja o que utilizamos até agora e que outros países já utilizaram há mais tempo, começaram há mais tempo que o Brasil. Os países mais antigos no processo de desenvolvimento avançaram na destruição das florestas, dos recursos hídricos; avançaram no processo de industrialização, com técnicas e tecnologias agressivas ao meio ambiente, emissoras de gases do efeito estufa, especialmente do gás carbônico.

Nós ainda temos uma oportunidade, neste momento de crise mundial do sistema financeiro e, agora, da economia, de avaliarmos primeiro que, além da crise econômica e financeira, há no planeta uma grande crise social e ambiental.

Se há crise com essas 3 vertentes é porque o modelo está errado. Não adianta nós insistirmos no modelo. Nossa colonização e industrialização não pode ser nômade, como foi até agora. Nós vamos ocupando, desbravando, desmatando; e vamos substituindo, ocupando, urbanizando. Essa tem sido a trajetória da humanidade no mundo, e temos que estabelecer um ponto final nisso. E para que possamos estabelecer esse ponto final temos que compreender, a Administração Pública Federal nos Estados e Municípios, a sociedade brasileira tem que compreender que um outro modelo deve ser implementando.

Tenho visto, com simpatia, algumas medidas adotadas pelo Governo Barack Obama, dos Estados Unidos, ainda muito aquém da necessidade, porque aquele país ainda resiste em firmar um compromisso de redução de gases do efeito estufa, conforme estabelecido pelo fórum internacional da Conferência das Partes, da Organização das Nações Unidas. Ainda resiste a isso, e o mundo tem que pressionar os Estados Unidos a assumirem esses compromissos. Mas tenho

visto com simpatia a atitude daquele governo porque tem cobrado alguns compromissos do setor industrial, do setor produtivo americano.

Aqui, no Brasil, estamos enfrentando a crise. E há de se reconhecer que o Brasil enfrenta a crise com uma certa competência, porque já se vem preparando nos seus indicadores macroeconômicos, nos seus fundamentos macroeconômicos há mais tempo. Mas nós, mesmo que possamos incentivar o setor automobilístico, com carros até uma determinada potência, e o setor de venda de motos, nesta hora temos especialmente que pensar em ações que possam incentivar o transporte coletivo, por exemplo, o financiamento cada vez mais intenso dos transportes de massa, com maior quantidade de pessoas sendo transportadas – o metrô de superfície e o metrô subterrâneo; e os carros, de fato, com combustíveis alternativos.

Temos que incentivar todo o setor da economia que possa gerar energia alternativa, como é o caso do aquecimento solar e o da energia eólica. Temos que fazer desse tipo de geração de energia uma forma de desenvolvimento para o nosso País.

Então, temos que aproveitar a crise e avançar nesses incentivos, na adoção e na implementação de recursos para essas atividades. É hora de pensarmos nesse novo modelo que tanto desejamos.

Além disso, o Governo brasileiro em breve vai mandar para o Congresso Nacional – o Ministro Carlos Minc disse que mandará esta semana para o Congresso Nacional ou o Governo vai anunciar – o projeto de lei que estabelece o pagamento pelos serviços ambientais. É importante que tenhamos isso. Naturalmente, a maior preocupação é de onde tiraremos os recursos para o financiamento.

No Estado do Espírito Santo, o Governador Paulo Hartung, o Governo do Estado, a Secretaria Glorinha – eu tenho participado desse debate – já começou um projeto experimental na Bacia do Rio Beneventes, no Município de Alfredo Chaves. Nesta sexta-feira vai lançar também o pagamento na Bacia do Rio Guandu e na Bacia do Rio São José, afluentes do Rio Doce. São pagamentos por serviços ambientais, especialmente pagamento na visão do produtor de água: floresta e água. Acho que o casamento mais perfeito da natureza é floresta e água. Esse casamento é indissolúvel. O Governo está lançando esse programa, que está sendo financiado por *royalty* de petróleo do Governo do Estado.

O Governo discute agora o marco regulatório do pré-sal. Acho que o recurso do pré-sal, se existe uma visão estratégica do pré-sal, Senador Jefferson Praia, os recursos que o Governo vai reter do patrimônio de nossa reserva estratégica devem atender à população

brasileira em 3 atividades. Uma é educação, e o Presidente Lula já disse querer recursos para a educação, o que acho excelente. A outra é ciência e tecnologia, porque, para que possamos continuar produzindo e tendo qualidade de vida, precisaremos melhorar a eficiência energética dos nossos meios de produção. E a outra é essa questão ambiental, que pode ajudar a financiar o pagamento dos serviços ambientais.

Se alocarmos recursos de um combustível fóssil poluente, degradante da natureza, como é o caso do petróleo, para essas três atividades, estaremos fazendo algum tipo de compensação da quantidade de emissão que estamos gerando através da queima do petróleo, da queima do gás, da queima do carvão. Se colocarmos recursos do pré-sal, se parte do petróleo for utilizada para essas três atividades, estaremos cumprindo um papel importante no sentido de caminharmos nesse modelo novo de desenvolvimento que estamos querendo implementar. Então, minha defesa é esta: que esses recursos possam ir para essas três atividades.

Faço um último registro, para terminar, Sr. Presidente, com relação à nossa posição em Copenhague, na Dinamarca, onde estaremos no final do ano na Conferência das Partes para podermos assinar um compromisso pós-2012.

O compromisso atual dos países desenvolvidos, do Anexo I, de reduzir 5,2% das suas emissões até 2012 é o primeiro compromisso. Temos que refazer esse compromisso pós-2012. E o Brasil tem de assumir uma atitude protagonista, como fez na última Conferência das Partes – é importante reconhecermos isso.

O Brasil tem adotado algumas medidas importantes, como na questão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Existe a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Os Parlamentares da Câmara podem trabalhar para que avancemos na política lá na Câmara dos Deputados, mas temos de “exigir” – entre aspas – a assinatura de todos os países desenvolvidos. Além disso, os países em desenvolvimento têm de adotar metas internas, que possam ser verificadas e acompanhadas pelos organismos internacionais.

O Brasil tem, de fato, de avançar na redução do desmatamento e na manutenção da qualidade da nossa matriz energética. O Brasil não pode descuidar das questões relacionadas às mudanças climáticas e à proteção dos recursos naturais.

Toda vez que comemoramos algo relacionado a algum assunto, a algum tema importante, temos o que comemorar e o que lamentar. Em relação a este tema vamos torcer para que, cada vez mais, tenhamos o que comemorar.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PS – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eminentes membros da Mesa, visitantes que comparecem a esta sessão que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, ao propor, em 1972, o Dia Mundial do Meio Ambiente, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas pretendeu alcançar alguns objetivos, tais como: promover a mudança de atitude em relação ao uso dos recursos naturais, capacitar as pessoas a se tornarem agentes ativos do desenvolvimento sustentável e, no mesmo nível de importância dos demais, mostrar o lado humano das questões ambientais.

Se, no início, o discurso ambientalista viu-se cercado de dúvidas e de ceticismo, isso já não mais acontece. Muito ao contrário: é crescente a adesão dos indivíduos, das pessoas e das comunidades mundo afora à ideia de que é urgente a necessidade de mudar nosso modo de tratar a natureza. Afinal, não é possível esconder o óbvio, como a situação que hoje testemunhamos: enchentes imensas em uma ponta do Nordeste e seca no Sul do Brasil.

Mas o que dizer da atitude dos governos? De que modo o tema ambiental está sendo tratado ao redor do globo e no Brasil?

Inicialmente, é preciso destacar a importância da efetivação dos mecanismos previstos no Protocolo de Kyoto. Esse, que pode ser considerado o primeiro acordo em nível realmente global sobre o meio ambiente, quase deixou de ser ativado, uma vez que encontrou dificuldades em alcançar a quantidade mínima de adesões prevista em seus termos com a recusa por parte de nações consideradas desenvolvidas, que são nações chave, como Estados Unidos e China.

No entanto, salvou a situação a entrada da Rússia, embora continue desconfortável a ausência dos 2 grandes países – aliás, os maiores responsáveis pela produção e descarga de carbono na atmosfera: Estados Unidos e China.

Mas o mundo mudou. A chegada de uma nova administração norte-americana, comandada pelo Presidente Barack Obama, recolocou os Estados Unidos na liderança do processo de desenvolvimento e incorporação de energias renováveis, reconfigurando, de forma muito mais positiva, todo o quadro até então vigente.

Com muita coerência e coragem, o Presidente Obama, saltando por sobre o quadro de imobilismo que caracterizou o Governo Bush, refez radicalmente a pauta ambiental de seu país.

Para que se tenha ideia das dimensões dessa guinada, o Ato de Recuperação e Reinvestimento, recentemente publicado, prevê inversões governamentais superiores a 60 bilhões de dólares no setor de renováveis, estimulando todo um novo e promissor ramo da economia, baseado em energia limpa.

Do mesmo modo, no dia 19 último, Obama anunciou acordo entre as empresas e os órgãos reguladores do setor automotivo, definindo novos limites de consumo para os veículos automotores comercializados nos Estados Unidos.

Pelos termos consensuados, no transcurso do período compreendido entre 2012 e 2016, os automóveis deverão alcançar a marca de 15,1 quilômetros a cada litro de combustível consumido, sendo a meta da categoria mais econômica fixada em 16,5 quilômetros por litro, ou seja, o objetivo é acabar com os bebedores de gasolina.

O objetivo geral da iniciativa energética do novo Governo americano é reduzir a dependência das fontes energéticas importadas, notadamente do petróleo, combustível geralmente situado em regiões conflagradas ou de grande potencial de conflito, com alto risco de interrupção de fornecimento.

Como se vê, Sr. Presidente, os Estados Unidos, após anos de letargia, inovam e dão um grande exemplo ao mundo, até mesmo por romperem em definitivo com o conflito entre conservadorismo e desenvolvimento: eles querem limpar sua matriz energética ao mesmo tempo em que promovem a ativação da economia e a geração de empregos.

Sem dúvida, trata-se de exemplo a ser considerado por outros países.

O Brasil, com a sua política energética de priorizar as hidrelétricas e, agora, com a produção do biodiesel também vem nesse caminho, nessa direção, dando o seu exemplo de como se deve comportar na defesa do meio ambiente e na utilização de fontes alternativas de energia, abandonando, como prioridade, os combustíveis fósseis, apesar de hoje haver uma grande perspectiva, com o pré-sal, de nosso País tornar-se um dos maiores produtores de petróleo e de gás no mundo.

Mas, enquanto isso, o Brasil tem de cumprir o seu papel, tem de atender aos reclamos da sociedade: que a preservação do meio ambiente é necessária à vida e ao desenvolvimento sustentável. Nosso País ainda está devendo em termos de uma política ambiental mais coerente e integrada. Ao que parece, ainda estamos prisioneiros de velhos paradigmas, de velhas contradições que imobilizam, desconstroem e dificultam os avanços que tanto e tão urgentemente necessitamos.

Veja-se o exemplo da água, um dos bens naturais mais cobiçados em todo o mundo, cuja falta ameaça enormes contingentes populacionais em todos os continentes.

O Brasil, por contar com cerca de 12% de toda a água doce que flui sobre a superfície do planeta, pode considerar-se rico em termos de recursos hídricos. Mas isso não quer dizer, infelizmente, que toda essa água se apresente bem distribuída ao longo do território nacional.

A Região Norte, a mais bem aquinhoadada, acumula cerca de 72% de toda a água brasileira. O Nordeste, no outro lado da escala, conta com apenas 3%, dois terços dos quais concentrados na Bacia do Rio São Francisco. Para o restante da Região, de fato, sobra muito pouco.

Daí a importância do pronunciamento do Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, representante do Distrito Federal, nosso conterrâneo de Sergipe, relativo à luta pela aprovação, em definitivo, da PEC de minha autoria que institui o Fundo de Revitalização do Rio São Francisco. A proposta foi aprovada no Senado mas se encontra há vários anos na Câmara dos Deputados. Agora, o Presidente Michel Temer, a pedido das Lideranças, tendo à frente o Deputado Rodrigo Rollemberg, finalmente colocou a referida matéria na pauta de votação. Isso significa que estamos bem próximos da revitalização do Rio São Francisco em termos de cobertura constitucional, através da criação desse Fundo.

Há muita água no subsolo do Brasil, mas mesmo o aproveitamento desses reservatórios subterrâneos é limitado. As áreas geologicamente formadas a partir de sedimentos, ou seja, capazes de acumular água, concentram-se nos Estados do Maranhão e do Piauí — em plena faixa de transição entre a Caatinga e a Amazônia — e também no litoral, onde a carência é relativamente menor.

No Semiárido, as regiões sedimentares restringem-se à zona limítrofe entre o Ceará e Pernambuco e ao nordeste do Estado da Bahia.

Assim, fica claro que para a resolução do abastecimento hídrico do Nordeste é necessário um grande investimento governamental, não apenas no aproveitamento dos depósitos subterrâneos de água — incapazes de resolver o problema por si só. É vital, além disso, desenvolver os mecanismos de distribuição hídrica, aproveitando os grandes açudes nordestinos e compartilhando recursos entre as áreas privilegiadas e as demais, que quase nada têm.

Urge, portanto, dar curso às estratégias de desenvolvimento sustentável adequadas ao caso do Nordeste brasileiro, algumas das quais já estabelecidas no

documento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, que identifica ao menos 3 linhas relevantes.

O primeiro grande desafio é conter o processo de desertificação, que degrada a qualidade dos solos, restringe os recursos hídricos e empobrece a biodiversidade, reduzindo gravemente a qualidade de vida da população.

O segundo é solucionar os problemas ambientais dos grandes aglomerados urbanos, sobretudo as deficiências de saneamento básico, principalmente no que toca ao despejo inadequado de resíduos e à deficiente gestão dos resíduos sólidos.

Por último, temos o desafio de reverter — ou, ao menos, estancar — a degradação ambiental de alguns ecossistemas importantes, a exemplo das áreas ameaçadas do litoral, principalmente em função da ocupação urbana desordenada; das matas ciliares, no entorno de rios e lagos; dos mangues; e, finalmente, dos rios da região, em particular o São Francisco.

Como bem se pode verificar, são grandes os problemas. Mas não são, certamente, superiores à capacidade brasileira de avaliar, planejar e intervir, transformando para melhor a realidade daquele pedaço importante de Brasil.

Para isso, entretanto, será necessário agir com descortino, resolutividade e espírito integrador, em sintonia com as demais políticas públicas implicadas, a exemplo do que prevê o atual modelo de intervenção ambiental dos Estados Unidos da América.

Acima de tudo, é necessária liderança, transparência e, por que não dizer, maturidade política. Creio que o Governo brasileiro tem tudo para superar os obstáculos que emperram seu desempenho no quesito ambiental. Não temos, porém, muito tempo a perder.

Sr. Presidente, eu gostaria imensamente, num futuro breve, ao comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, de registrar a superação desta falsa contradição, artificialmente opondo ambientalismo e desenvolvimento; e festejar, por fim, a superação dos históricos problemas do Nordeste brasileiro, dentro de um marco efetivo de respeito ao meio ambiente, ao homem que lá vive e ao princípio constitucional de desenvolvimento harmônico entre todos os Estados e todas as Regiões que compõem o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao Sr. Rômulo José Fernandes Barreto Mello, do Instituto Chico Mendes.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO – Sr. Presidente, Jefferson Praia, em nome do qual cumprimento todos, Sr^{as}s. e Srs. Parlamentares, em nome do Ministro Carlos Minc peço desculpas a

V.Ex^{as}, pela ausência dele, devido à incompatibilidade de agendas. Ele mandou um abraço a todos e o agradecimento ao Congresso Nacional pela preocupação com a questão ambiental.

Vários falarão em comemorações e lamentações. Sem dúvida, temos algo a lamentar: o fato de haver somente 7% de Mata Atlântica conservada. Apesar das insistentes manifestações no sentido de abalar a estrutura legal vigente, gostaria de falar sobre comemorações construídas por esta Casa. O Congresso Nacional construiu o Código Florestal, a política de meio ambiente, a Lei das Águas, a Lei das Unidades de Conservação e mais recentemente a Lei das Concessões Florestais. Portanto, temos muito a comemorar. O Governo brasileiro, o Executivo, construiu recentemente, em cima da Lei das Águas, a Agência Nacional de Águas para o seu ordenamento; em cima da Lei de Concessões Florestais, o Serviço Florestal Brasileiro; em cima da lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o Instituto Chico Mendes. Instituições essas com a responsabilidade de implementar leis construídas por este Congresso Nacional, portanto, totalmente representativas do anseio da sociedade brasileira.

É preciso comemorar também não só o avanço dessas estruturas, mas do movimento ambientalista brasileiro. O que antes era um discurso feito em praças, hoje é possível discutir dentro do Congresso. Explicito a Frente Parlamentar Ambientalista, assessorada pelo Mantovani e coordenada pelo Deputado Sarney Filho.

Temos de comemorar o fato de o Brasil, recentemente, ser o protagonista da questão climática mundial. Nós avançamos quebrando barreiras internas e externas e colocando as nossas metas. O Brasil tem metas, como o Programa Mudanças Climáticas. Portanto, temos muito, sim, a comemorar. Todavia, temos grandes preocupações. Algumas no sentido positivo de um conjunto de instrumentos legais em construção no Congresso Nacional, como a PEC do Cerrado e da Caatinga, a revitalização do Rio São Francisco, medidas positivas. Manifestamos preocupação com a questão da revisão do Código Florestal e a regularização fundiária da Amazônia. Nós acreditamos, considerando o histórico desta Casa, que o resultado dessas construções será, sim, representativo do anseio da sociedade brasileira. Do ponto de vista ambiental, a história desta Casa é positiva.

Nós temos talvez a melhor legislação ambiental do mundo, construída por esta Casa. Portanto, acreditamos que esta Casa honra e honrará a sua história.

No que diz respeito a unidades de conservação, atualmente somos 300 unidades de conservação e

tomamos conta de aproximadamente 8% do território nacional.

O que são essas unidades de conservação? São grandes espaços físicos, ora ricos em biodiversidade, ora ricos em beleza cênica. Se qualquer cidadão brasileiro lembrar de uma beleza cênica natural, com certeza vai lembrar de uma unidade de conservação.

Além disso, lamentavelmente, vemos em alguns momentos, neste País, a questão das unidades ser considerada como um entrave, como se elas fossem um problema para o desenvolvimento, inclusive com dados técnicos precários. Vale destacar que, recentemente, colocou-se 70% do território brasileiro em unidades de conservação. Isso é uma falácia, uma inverdade.

Nós, como responsáveis por unidades de conservação federais, estamos à disposição de V.Exas. para mostrar que não são esses os fatos e que as unidades representam, sim, potencialidade no turismo.

Ninguém até hoje disse que o Parque Nacional do Iguaçu gera 120 milhões de reais por ano para a região, que representa todo o processo de desenvolvimento de ecoturismo daquele eixo e é responsável por Foz do Iguaçu ser a cidade que é hoje.

O que aconteceu com Foz do Iguaçu pode acontecer com outras cidades, pode acontecer com São Raimundo Nonato, com Caracóis, enfim, com várias cidades que estão no entorno das unidades de conservação. É óbvio, guardando a devida relação, nem todas as cidades, nem todos os parques têm a beleza cênica e a potencialidade do Iguaçu. Mas, sim, todos têm a potencialidade de desenvolver emprego e renda por meio do turismo.

Além disso, nas nossas unidades de conservação há 46 mil pessoas. Cabe-nos a responsabilidade de fazer com que esses recursos representem qualidade de vida para essas unidades. Temos também o desafio de fazer com que o uso de recursos genéticos se transforme numa alternativa de emprego e renda para o País e numa forma de sustentar as nossas unidades de conservação.

O Senador Casagrande fez uma citação rápida sobre a questão de serviços ambientais. É fundamental que o Governo Federal, o Presidente da República...

O Ministro enviará ao Palácio do Planalto – isso deve acontecer na semana do meio ambiente – um projeto de lei sobre serviços. Por meio desse projeto muitas soluções que hoje se colocam como óbices à questão ambiental servirão como alternativa de qualidade de vida, qualidade de água, numa associação direta entre produtor e usuário.

Ainda temos como meta a criação de 14 milhões de hectares este ano. Criaremos as unidades de conservação a partir de consulta, de discussão ampla com

a sociedade brasileira para que elas, sim, representem um processo consolidado e o pensamento do Brasil com a conservação da biodiversidade.

Parabéns ao Congresso Nacional, porque esta reunião também representa um avanço significativo no pensar, na preocupação da questão ambiental inserida no contexto do político brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Sr. Mario Cesar Mantovani, da ONG SOS Mata Atlântica.

O SR. MARIO CESAR MANTOVANI – Boa tarde a todos.

Agradeço-lhes, na pessoa do Senador Jefferson Praia, com quem tive o imenso prazer de conversar sobre os nossos Estados, pelo convite.

Cumprimento todos os Parlamentares presentes e também o WWF, a Preserve Amazônia, parceiros de sempre no Congresso Nacional, por abrilhantarem mais ainda esta sessão destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Como disse muito bem o Rômulo, há neste País uma das legislações mais fantásticas construídas pelo Brasil e pela sociedade, uma legislação que pode garantir mais benefícios do que em nenhum outro lugar do planeta.

Muito do que pensei em dizer já foi dito. Aproveito este momento especial para dizer que a SOS acabou de entregar à sociedade o mapeamento feito com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sobre o desmatamento na Mata Atlântica. Vimos agora que os dados da Amazônia deixam o Brasil numa condição muito ruim como país nesta questão do desmatamento e do clima, que são questões muito sérias.

Na Mata Atlântica, restando apenas 7% da mata original, houve um desmatamento de 100 mil hectares em três anos, quase o mesmo que medirmos de 5 em 5 anos. O que isso mostra? Por que no Brasil, em 2009, um dos biomas mais ameaçados e mais fantásticos do planeta, há essa dinâmica de ocupação? E a expansão urbana? Ainda há uma cultura de degradação no Brasil. Estamos perdendo a oportunidade de entender que dessa floresta, desses 7%, vem a água que as nossas populações bebem, dessa floresta vem o clima.

Fizemos um estudo na Mata Atlântica, mostrando que em São Paulo há até 8 graus de diferença entre bairros, que, para pessoas com problemas respiratórios, pode representar a diferença entre a vida e a morte. Sabemos que essa floresta hoje é importantíssima para que se tenha a fertilidade do solo. Só para lembrar, são 17 Estados brasileiros que um dia tiveram a Mata Atlântica em seu quintal, em 3 mil e 400 Municípios, onde vivem, praticamente, mais de 110 milhões

de habitantes. Essa floresta continua ameaçada. Usamos, talvez, esse espaço para dar um brado de alerta dizendo: não é possível, com a Lei da Mata Atlântica, com decretos, com todos os instrumentos que avançamos, ainda termos tamanha destruição!

Aproveito para dizer que, realmente, a Frente Parlamentar Ambientalista está trazendo a sociedade para dentro do Parlamento a fim de discutir o tema. São mais de 450 legislações que interferem imediatamente no meio ambiente e, trazendo a participação da sociedade, vamos conseguir chegar a bom termo. E não há, nunca houve, a dicotomia entre desenvolvimento e meio ambiente. Os 2 caminham juntos. Não é possível separá-los. Somente os que não entendem o que é o século XXI, o que é o futuro e o que temos de deixar para as futuras gerações vão investir nessa dicotomia e vão querer fazer disso um campo de batalha. Isso não vai existir neste Parlamento, porque a sociedade vai estar atenta, alerta, participando e garantindo as suas conquistas com uma informação precisa, como essa que trazemos do Atlas da Mata Atlântica, para que a sociedade possa estar vigilante e, a partir daí, também trabalhar os temas dos seus interesses.

Quanto à questão de incentivos, como dito há pouco, temos que batalhar muito forte pelo IR Ecológico, por várias ações de incentivo aos que protegem e conseguem fazer deste País um espaço fantástico para a cidadania planetária.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, Srs. Senadores e Senadoras, ilustres convidados, Sr. Rômulo Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Sr. Mario Mantovani, Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, representantes de entidades, de instituições de pesquisa e ambientalistas, neste momento em que o Congresso Nacional realiza esta sessão solene comemorativa da Semana Mundial do Meio Ambiente e do Dia Mundial do Meio Ambiente, como Parlamentar da Amazônia, quero me somar a todas as organizações, aos Parlamentares, aos governos locais, às ONGs e às pessoas que se dispuseram a repensar e refletir sobre o papel de nossa região no contexto brasileiro, latino-americano e mundial.

Nosso bioma concentra um quinto da água doce do planeta, possui um terço das florestas e uma das mais espetaculares e importantes biodiversidade do

planeta, essencial à preservação da vida humana na Terra.

Registro, com satisfação, a iniciativa dos Deputados Federais Rebbecca Garcia, Perpétua Almeida, Roberto Rocha e do Senador Jefferson Praia, ao apresentarem requerimento conjunto para a realização desta sessão comemorativa. Sem dúvida, dão enorme contribuição para que sugestões e propostas venham apontar o caminho soberano do Brasil na defesa da Amazônia, de nosso povo e da biodiversidade. Sem dúvida, tratar o tema ambiental de forma mais ampla e de forma a incluir todos e todas as instituições e pessoas na busca do desenvolvimento, que não pode, de nenhuma forma, se for verdadeiramente desenvolvimento, não considerar a variante ambiental como obrigatória em qualquer processo de desenvolvimento.

Não me preocupa, Sr. Presidente, como muitos dizem, a presença de organizações não governamentais que atuam de forma séria na região amazônica. Registro que a quase totalidade delas tem situação absolutamente legal, pública e são reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem em defesa do meio ambiente e da floresta amazônica.

O que não podemos fazer, neste momento, é nos calarmos diante do feroz ataque das madeireiras contra a floresta amazônica, sejam elas nacionais ou estrangeiras, da invasão do agronegócio e dos criadores de gado sobre áreas que antes eram verdadeiros santuários ecológicos e hoje se transformaram em imensas pastagens ou plantações, formando-se até em áreas desertificadas. O exemplo mais sinistro e macabro é o que ocorre em várias regiões de meu Estado, o Pará, que continua a ser um dos principais fornecedores de carvão vegetal para as siderúrgicas, onde, infelizmente, ainda ocorrem tantos casos de trabalho escravo nesta e em outras atividades econômicas relacionadas à expansão do capitalismo no campo.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, parece muito oportuno registrar a ação do Ministério Público Federal que ajuizou 21 ações civis públicas para pedir indenização num total R\$2,1 bilhões de pecuaristas e frigoríficos que comercializaram animais criados em fazendas desmatadas ilegalmente. São 21 ações civis públicas, que visam reparar esse dano ambiental.

Cada uma delas se refere a uma área diferente, num total de 157,1 mil hectares de mata derrubada sem autorização. Nove delas são da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

Entre os outros proprietários está Léo Andrade Gomes, listado pelo Ministério do Meio Ambiente no

ano passado como a pessoa física que mais destruiu a floresta no País, em 2008.

O frigorífico Bertin, o segundo maior do País, também é processado, assim como outros 10 empreendimentos frigoríficos. Para a Procuradoria da República, ele também negociava gado criado em terra indígena em São Félix do Xingu, no Pará.

O Ministério Público Federal recomendou às 69 empresas, que seriam clientes dos frigoríficos, que parassesem de comercializar com eles. Entre elas, estão gigantes varejistas como Pão de Açúcar, Wal-Mart, Carrefour. A Perdigão também foi apontada como compradora. Se continuarem como clientes, serão consideradas coautoras dos crimes ambientais e podem responder a processos.

Portanto, quero me congratular pela ação corajosa com o Ministério Público Federal, que toma a decisão de ajuizar essas ações na Justiça, cobrando indenizações.

Rogamos à Justiça que determine a punição exemplar desses devastadores e criminosos para que não fique apenas naqueles processos que iniciam e depois não há uma conclusão sem a punição devida dos acusados de cometer crimes ambientais.

Quero, Sr. Presidente, nesta homenagem, lembrar a todos os brasileiros e brasileiras, cidadãs e cidadãos, organizações e movimentos que têm na causa ambiental motivo para a sua ação militante na busca de um novo modelo de desenvolvimento, que não é o desenvolvimento dos grandes projetos minerais, agropecuários que devastam, que trabalham todo o dia para exaurir os recursos naturais, protestar contra os bancos oficiais, em especial o BNDES, que financia os devastadores. É preciso coibir a ação estatal que de alguma maneira signifique apoiar os que não veem outra coisa como de interesse público, mas apenas os seus lucros e seus próprios interesses.

Portanto, quero homenagear todos ambientalistas e lutadores sociais que se dedicam a essa causa em nosso País e no mundo.

De modo particular, quero lembrar e fazer uma homenagem à missionária norte-americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy Stang, uma homenagem póstuma à memória dela, pela defesa da Amazônia, não da floresta em si apenas, mas em defesa dos agricultores, dos posseiros, dos ribeirinhos, dos índios, dos pequenos. Ela que dedicou a vida a esse povo e a essa causa foi brutalmente assassinada em 2005, a mando de fazendeiros que ainda não estão presos. Hoje, estão presos apenas 2 dos executores, e os mandantes ainda estão em liberdade. Irmã Dorothy, no próximo dia 7 de junho, completaria 78 anos. Ela dedicou a vida à Amazônia e ao seu povo e merece

sempre ser lembrada e ter do Parlamento brasileiro o devido reconhecimento.

Aproveito, Sr. Presidente, para anunciar a realização da 3ª Romaria em Defesa da Floresta e da Terra, que ocorrerá de 22 a 25 de julho, no Município de Anapu. Os romeiros percorrerão 50 quilômetros entre a sede do Município e o lote 55, onde foi assassinada a irmã Dorothy Stang.

Quero também homenagear o médico paraense e ecologista Camilo Viana, Presidente da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia – SOPREN, uma instituição fundada há mais de 40 anos. O Dr. Camilo Viana, por meio de sua experiência nas atividades realizadas no Rio Tapajós, desenvolveu um trabalho associado para preservar os quelônios nos Rios Trombeta e Tapajós, além de incentivar a formação de bosques comunitários e recomposição de ecossistemas, principalmente na região do Baixo Tocantins paraense. A partir de então, Camilo Viana fez várias viagens a diversos pontos da Amazônia, levando a mensagem de preservação ambiental, reativação cultural e valorização dos habitantes da região. Na área das comunidades tradicionais, Camilo Viana orientou e coordenou o histórico 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.

Em nome do médico Camilo Viana, que continua trabalhando e se dedicando a essa causa, homenageio a todos. E são muitos, felizmente! Apesar de muitos serem destruidores, também é bom dizer que são muitos os que sonham, acreditam e lutam cotidianamente para pôr termo a esse processo criminoso de devastação e de violência, sobretudo contra os mais pobres que habitam a região. Portanto, na pessoa do Dr. Camilo Viana, fica a homenagem a todos que se dedicam a esta causa.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ilustres convidados, para alcançarmos objetivos para implantação de um novo modelo de desenvolvimento, é preciso cumprir a nossa moderna legislação ambiental. Portanto, não cabe, como defendem alguns, nenhum retrocesso na legislação ambiental brasileira, embora as forças conservadoras, especialmente no Congresso Nacional, realizem ataques sistemáticos aos avanços conquistados e às leis instituídas.

Faço questão de dizer, Sr. Presidente, que acredito que o fim do processo de devastação e de desrespeito ao meio ambiente só será possível com educação garantida a todos, igualmente. Sem isso não ajudaremos as pessoas a mudarem as suas atitudes, sejam elas das ações do dia a dia de cada cidadão e cidadã, desde os que colocam de forma inadvertida, ou às vezes consciente, o lixo na rua, o copo descartável no leito do rio, às atitudes mais simples; desde os que poluem

o meio ambiente por emissões de gases ou por toda forma de ação dos grandes projetos das empresas. Sem essa preocupação com o futuro e o presente da humanidade, apesar dos avisos permanentes da natureza por diversas catástrofes, o homem, a mulher, a humanidade parece ir numa verdadeira marcha da insensatez, da insanidade.

Até quando vamos permitir que isso ocorra? Essa responsabilidade é dos governos e dos povos.

Concedo, neste momento, um breve aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque – Muito obrigado, Senador José Nery. Não poderia deixar de fazer um aparte e falar neste dia que considero dos mais importantes, mas lamentavelmente não foi possível até agora, e pelo que soube o último orador é o senhor. Então, agradeço a V.Ex^a Quero dizer que estamos, hoje, vivendo um momento em que talvez o maior de todos os problemas – o do meio ambiente – não esteja na pauta, mas deveria estar, e também o problema da educação. Temos dois candidatos à Presidência. No Brasil, o segundo turno já começa antes do primeiro, e não temos ideia do que eles pensam sobre essa questão. O Brasil, hoje, está queimando seis campos de futebol e 60 cérebros de crianças por minuto. É o número de crianças que saem da escola, Senador Expedito, por minuto no Brasil. Não vemos quais são as propostas para o Brasil deixar de ser um crematório de florestas e de cérebros. Lamentavelmente, o que vemos é a mesma discussão de sempre. Mais obras, mais obras, mais dinheiro para o mesmo. Agora, entrou em crise, em 2008, a indústria automobilística, ao mesmo tempo em que vemos os polos sendo descongelados, e a saída que o Governo encontra é mais dinheiro para vender mais carros. Não se percebe que está na hora de se buscar um outro rumo. Há um Brasil nascendo e um Brasil morrendo. E o Brasil nascendo, que é o Brasil do desenvolvimento sustentável, parece que não consegue colocar a cabeça para fora, por falta não apenas de um bom debate teórico, mas sobretudo pela falta de adoção pelos políticos dessas bandeiras: a da educação e a do meio ambiente. A primeira gerando a mesma oportunidade de classes, e o meio ambiente a mesma oportunidade entre gerações. Fico satisfeito que o Senado, o Senador Jefferson Praia, graças à sua iniciativa, não deixou passar em branco este dia, e pelo que estou vendo, a essa hora, muitos vieram aqui falar. Mas precisamos de ação, como os e-mails que recebo todos os dias, fazendo cobranças. Basta de discurso. Precisamos de ações. Mas que pelo menos fiquem os nossos discursos, e um dia diga-se que aqui não deixamos passar em branco esse problema tão substancial, tão fundamental da humanidade inteira:

a descoberta de uma maneira de a civilização avançar casada com a natureza e não contra a natureza, como tem sido feito.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Quero encerrar fazendo duas proposições. A primeira, sugerir à Comissão de Meio Ambiente tanto do Senado como da Câmara que sejam protagonistas de um verdadeiro processo de mobilização que poderá ocorrer na semana do meio ambiente de 2010, envolvendo governos em todas as esferas, Legislativos, do Congresso às Câmaras Municipais, passando pelas Assembleias Legislativas, o Poder Judiciário em todas as suas esferas, as organizações da sociedade civil, uma semana intensiva de debates, proposições e compromissos, visando a que esse tema seja, de fato, assumido por todos e incluso na agenda política e social do País com o destaque que merece.

Aproveitando o aparte que muito me honra do Senador Cristovam Buarque, citando a necessidade de ouvirmos de forma clara e decisiva os projetos e as ações dos que pretendem se candidatar à Presidência da República do nosso País, sugiro que a Semana do Meio Ambiente de 2010, depois de ampla mobilização social em todo o País, possa, no Congresso Nacional, culminar com a ouvida dos pré-candidatos à Presidência da República. Ressalto que, na primeira semana de junho, ainda não terão sido realizadas as convenções partidárias para definir os candidatos a Presidente do nosso País a partir de 2011. Essa é uma proposta.

A outra, Sr. Presidente, que o Governo envie imediatamente ao Congresso projeto sobre criação da polícia ambiental, com o objetivo específico de atuar nas nossas reservas ambientais e em toda a natureza, bem como punir, fiscalizar todo o tipo de atitude relacionada com o crime ambiental, especialmente o desmatamento.

São essas, Sr. Presidente, as nossas convicções. Esperamos que, a partir desse evento, possamos unir esforços no Congresso para atuarmos conjuntamente em defesa do meio ambiente, combatendo os projetos dos setores retrógrados e atrasados, que só pensam em seu lucro imediato e esquecem as futuras gerações brasileiras e a humanidade.

Com certeza, aqui lutamos não apenas pela defesa e preservação da Amazônia, mas pelo meio ambiente devidamente equilibrado, que para todos deve ser a tarefa de todos os dias dos brasileiros e das brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Agradeço a todos por terem permanecido até este momento nesta sessão.

Encaminharam pronunciamentos para serem publicados nesta sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, dos seguintes Parlamentares: Senador Flexa Ribeiro e Deputado Jurandy Loureiro.

S. Ex^{as}s serão atendidos:

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Congressistas, comemoraremos no próximo dia 5 de junho, juntamente com todo o mundo, a passagem do dia do meio ambiente e da ecologia.

Já são 37 anos, Sr. Presidente, em que essa comemoração ocorre no 5 de junho, desde que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, recomendou a data como Dia Mundial do Meio Ambiente.

Nessas quase quatro décadas, cresceu consideravelmente a preocupação com o estado de nosso meio ambiente. Hoje, mais do que nunca antes, a questão ecológica está no centro das atenções, e, poderíamos dizer, é uma das grandes questões estratégicas de nossa época.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Congressistas, ao longo dos últimos séculos, a humanidade conseguiu efetivamente tornar-se mestra e senhora da natureza. Fomos incrivelmente bem-sucedidos na empresa de domar a natureza e de colocá-la a serviço das necessidades humanas. Bem-sucedidos demais, poderíamos dizer. Nossa dominação foi, muitas vezes, violenta e abusiva. O que é pior: parece que se esqueceu de levar em conta que somos parte integrante da natureza. Hoje, pagamos o preço de nosso sucesso e de nosso esquecimento.

Estamos em uma encruzilhada: herdamos um planeta violentado, abusado, mas não podemos passá-lo adiante, sob pena de condenarmos não apenas as próximas gerações, mas também a nossa própria. Não é mais possível manter a esperança, que foi talvez de outras gerações, de que poderíamos generalizar um modo de vida identificado, equivocadamente, com o ápice do bem-estar – um modo de vida baseado no consumo intensivo, no uso desmedido de fontes de energia não-renováveis e poluentes, na exploração pura e simples de recursos esgotáveis. Um modo de vida, enfim, claramente insustentável, fadado a entrar em colapso, mais cedo ou mais tarde. Pois bem, estamos tendo o privilégio ambíguo de assistir ao surgimento dos primeiros sinais desse colapso.

Não podemos repetir os erros do passado. Vejam, Sr^{as}s e Srs. Congressistas, que a questão não é mais de *dever*, é de *poder*. Não se trata mais apenas de um dever moral. Não podemos mais, sob pena de condenar nossa espécie à extinção, como tantas já fo-

ram condenadas, continuar tratando a natureza como a tratamos nos últimos séculos. Felizmente, acredito que temos os meios, e a mesma tecnologia que contribuiu para desequilibrar o meio ambiente pode agora ajudar a restaurar esse equilíbrio perdido.

Mas, voltando a atenção do problema geral para nossa situação em particular, Sr. Presidente, o desafio ambiental parece mais difícil e mais agudo para países como o Brasil.

Por um lado, somos abençoados pela natureza, como se costuma dizer. Temos uma das mais ricas – e ainda largamente inexploradas – biodiversidades do planeta. Temos uma das mais extensas reservas de água doce do mundo. Metade de nosso território é coberto por um dos maiores e mais cobiçados tesouros naturais do mundo, que é a Floresta Amazônica.

Por outro lado, é inevitável que nossas prementes necessidades de desenvolvimento gerem pressões ambientais consideráveis. As sociedades mais ricas conquistaram a prosperidade que têm hoje, muitas vezes, ao preço da degradação ambiental. Esse é um caminho que não está mais aberto para países como o Brasil. Recai sobre nós, portanto, encontrar outra via, alternativa àquela seguida pelas sociedades hoje mais prósperas. Precisamos de um caminho que, sempre nos levando em direção ao desenvolvimento econômico, não comprometa nosso meio ambiente. Esse é um desafio que não é pequeno, mas que teremos de enfrentar com coragem e criatividade, sem demora e sem procrastinação.

É preciso sempre lembrar algo que hoje nos parece óbvio, mas que ficou esquecido durante a maior parte da história moderna da conquista do mundo natural: não estamos fora da natureza. O meio ambiente não é um cenário ou uma paisagem: é, justamente, o meio, o elemento dentro do qual – e apenas dentro do qual – nossa vida é possível. A palavra “ecologia” reflete isso de forma perfeita, e até poética: o meio ambiente é nossa casa – *oikos*, na língua grega. Respeitar o meio ambiente é honrar nossa morada, nosso lar. Ter consciência ecológica significa estar consciente disso, é reconhecer a óbvia necessidade de cuidar de nossa casa, sem cujo contexto nossa existência, por precária, está constantemente ameaçada.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Congressistas, a questão sobre o meio ambiente, como disse, é absolutamente estratégica no mundo contemporâneo. É um dos temas científicos mais estudados e debatidos na ciência contemporânea. É também um dos itens mais sensíveis das relações internacionais. É ainda um grande desafio econômico – e, como todo grande desafio na área econômica, também uma grande oportunidade. Finalmente, é uma das mais importantes

questões de justiça no mundo moderno, colocando em xeque nossa posição e nossos deveres para com as gerações futuras.

Temos já uma grande dúvida prévia com as gerações de brasileiros que nos sucederão e que herdarão o mundo que para eles deixaremos. Queremos para eles – como queremos para nós – uma sociedade mais rica, mais próspera, com mais bem-estar e mais riqueza disponível para todos. Mas não podemos mais ignorar o preço imposto pelos desequilíbrios ecológicos que nossas ações, visando a esse estágio de bem-estar, podem provocar. Deveríamos, a todo momento, perguntar-nos também: será que não estamos deixando para aqueles que virão depois de nós uma conta alta demais para pagar? Será que estariam, nós próprios, dispostos a pagar tal preço por nosso bem-estar?

Eis aí, Sr. Presidente, algumas questões que julgo pertinentes como objeto de nossa reflexão nesse Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia que se aproxima.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JURANDY LOUREIRO (PSC – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, é com muita satisfação que venho a esta tribuna para manifestar minha preocupação com um dos temas mais discutidos no Brasil e no Mundo: o meio ambiente. Precisamos urgentemente mudar nossa postura em relação ao planeta, pois, do contrário, novas e maiores catástrofes irão acontecer.

Falar de meio ambiente no Brasil é falar de um dos países com maior relevância ambiental do planeta. Nossos recursos naturais são praticamente inigualáveis. Possuímos em nosso território alguns dos biomas mais impressionantes do mundo. Parte significativa das espécies animais são de origem brasileira. E o que falar de nossas reservas minerais? Bem, somos possuidores de algumas das maiores reservas do mundo. Assim, todos esses predicados elevam o Brasil a categoria superior quando o assunto é meio ambiente.

Todavia, todo esse potencial traz também imensas responsabilidades para o País. Ao contrário do que se verificou no passado, sobretudo na Europa e Estados Unidos, não podemos explorar nossos recursos naturais de maneira indiscriminada. Na verdade, sociedade e Estado devem estar conscientes da mudança dos tempos, o que significa a exploração de nossos recursos, porém de maneira sustentável.

Um dos temas balizadores de meu mandato como Deputado Federal é neste sentido: a proteção do meio ambiente e o aproveitamento do mesmo de maneira equilibrada. Assim, ao longo dos últimos anos, apresentei alguns projetos nesta linha:

– Projeto de Lei nº 1.862/2007, que dispõe sobre a etiquetagem de produtos nacionais ou estrangeiros com alertas ao consumidor sobre os graus de impacto ambiental e a quantidade de gás carbônico empregada em sua fabricação. A ideia é utilizar a informação, indispensável numa sociedade democrática, como arma para valorizar produtos que causem menos danos;

– Projeto de Lei nº 2.174/2007, que institui, em todo o Território Nacional, o Programa Adote uma Nascente. O objetivo é proteger as nascentes dos nossos rios e recuperar as que estiverem degradadas.

– Projeto de Lei nº 2.173/2007, que dispõe sobre a exibição obrigatória, em todas as salas de cinema do País, de filmes de curta duração que versem sobre as consequências do aquecimento global e a importância da defesa do meio ambiente.

– Projeto de Lei nº 2.565/2007, que dispõe sobre a instalação de dispositivos para captação de água de chuva em imóveis residenciais e comerciais.

– Projeto de Lei nº 1.864/2007, que cria o Programa Moeda Ecológica, destinado à troca de material reciclável de lixo doméstico por alimentos.

Na mesma linha de defesa ambiental, encaminhei as seguintes indicações legislativas: além da iniciativa de lei em vários temas relacionados ao meio ambiente, também tenho sugerido ao Poder Executivo a adoção de inúmeras medidas de proteção ambiental, por exemplo, sugerindo o uso de papel reciclado na Administração Pública Federal direta e indireta, e a implantação de sistemas de captação de águas pluviais para uso doméstico como item obrigatório dos programas habitacionais financiados pela União.

Sr. Presidente, essas são apenas algumas de minhas ações no Parlamento brasileiro acerca do meio ambiente. Continuarei atuante nessa área, pois considero o assunto de suma importância.

Aproveito a oportunidade para prestar minha homenagem a todos que têm lutado em favor da preservação da Amazônia. Minha homenagem à SOS Mata Atlântica pelo dedicado trabalho na defesa do Meio Ambiente e pela preservação da Mata Atlântica.

Vamos nos unir em favor da preservação da natureza, dos recursos naturais, antes que seja tarde demais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 14 horas e 41 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

(Sessão Solene)

ATA DA 5^a SESSÃO CONJUNTA (SOLENE) EM 12 DE MAIO DE 2009

(Publicada no **Diário do Congresso Nacional nº 5**, de 13 de maio de 2009)

RETIFICAÇÃO

Na página 1398,

Onde se lê:

Presidência da Sra. Serlys Shlessarenko e do Sr. Adelmir Santana

Leia-se:

Presidência da Sra. Serlys Shlessarenko e dos Srs. Adelmir Santana e Tadeu Filipelli.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ^a (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^c (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ^d (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ^e (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ^g (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

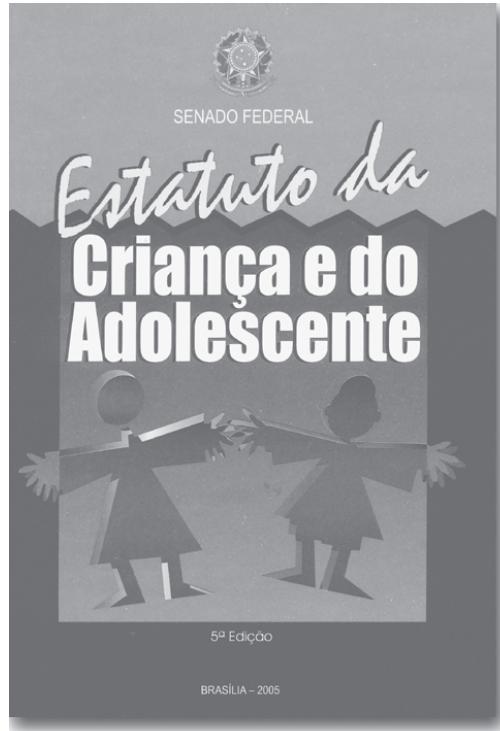
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

(OS: 13526/2009)